cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.03.10 06:28:42 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 10 de março de 2023 • Nº 1516 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Senhor, dá-me dessa água

PÁGINA 12

CAGED

País abre 83,3 mil vagas com carteira assinada em janeiro

Dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, mostram a criação de 83.297 postos de trabalho com carteira assinada em janeiro deste ano. No mesmo mês do ano passado, tinham sido criados 155.178 postos de trabalho, nos dados sem ajuste, que não consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores. A abertura de emprego formal caiu em janeiro de 2023, por causa da desaceleração econômica e pelo fechamento de vagas temporárias no comércio. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões. Apesar da desaceleração em relação a janeiro do ano passado, houve melhora em relação a dezembro, quando haviam sido fechados 440.669 postos. PÁGINA 2

SÃO PAULO

Prefeitura vai lançar app para concorrer com Uber e 99

A Prefeitura de SP anunciou ontem a criação de um aplicativo de corrida público e municipal com motoristas autônomos, com a intenção de concorrer com Uber e 99. O MobizapSP já está disponível nas lojas virtuais para celulares que usam sistemas Google e Apple, mas ainda não há previsão de quando será possível realizar as viagens. Será necessário aguardar que a plataforma tenha um número mínimo de 10 mil a 12 mil motoristas para entrar em funcionamento, segundo a gestão municipal. Esta é a segunda vez em cinco anos que a prefeitura lança um aplicativo próprio para transporte individual. Em 2018, o então prefeito João Doria anunciou o SPTáxi, que ainda existe mas não teve a adesão esperada. PÁGINA 11

PROPINA

EDUARDO ANIZELLI/FOLHAPRESS

Aziz investigará relação entre joias e venda de refinaria na BA

O senador Omar Aziz (PSD-AM), recém-eleito para presidir a Comissão de Transparência e Fiscalização, disse que vai investigar a possível relação entre a venda de uma refinaria e as joias recebidas como presente do governo da Arabia Saudita pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) (**foto**). Aziz disse que a comissão vai investigar a venda da refinaria da Petrobras Landulpho Alves (RLAM), na Bahia. Segundo ele, a negociação foi feita abaixo do preço de mercado. Conforme o político, a refinaria era avaliada em aproximadamente US$ 3 bilhões e foi vendida por US$ 1,8 bilhão em 2021. |Aziz disse que, na semana que vem, se reunirá com os integrantes da comissão para definir os primeiros passos. PÁGINA 11

FEVEREIRO

Confiança dos pequenos negócios volta a crescer

Após cinco meses de queda, a confiança dos negócios de pequeno porte na economia voltou a crescer em fevereiro, revelou pesquisa divulgada ontem pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Todos os setores pesquisados – indústria, comércio e serviços – registraram melhoria nas expectativas. Segundo a Sondagem das Micro e Pequenas Empresas, o índice geral de confiança das empresas pesquisadas ficou em 88,4 pontos, com avanço de 3,8 pontos em relação a janeiro, quando estava em 84,6 pontos. Indicadores acima de 100 pontos mostram confiança e, abaixo desse nível, sinalizam pessimismo. PÁGINA 2

ACRE

Governador lavou dinheiro com carros de luxo, aviões e imóveis

AGÊNCIA SENADO

A Polícia Federal encontrou na investigação da operação Ptolomeu indícios de que o governador do Acre, Gladson Cameli (PP) (**foto**), valeu-se de transações envolvendo compra de veículos de luxo, aviões, imóveis e operações em dinheiro vivo e cartão de crédito para lavar dinheiro proveniente de corrupção. Cameli foi alvo ontem da 3ª fase da Ptolomeu. Ele teve contra si uma ordem para entrega do passaporte e sequestro de bens expedida pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça). Segundo a PF, as investigações indicam a existência de uma "organização criminosa, controlada por agentes políticos e empresários ligados ao Poder Executivo. PÁGINA 11

CHUPETINHA

Maioria da Câmara deve livrar Nikolas da cassação

Apesar da articulação de partidos políticos para cassar o deputado bolsonarista Nikolas Ferreira (PL-MG), que colocou uma peruca e fez um discurso transfóbico no plenário da Câmara, líderes partidários afirmam que a perda de mandato é improvável. Lideranças de partidos do centrão e da base do governo afirmam à Folha que Nikolas, deputado federal mais votado de 2022, deve receber uma advertência, censura ou, no máximo, suspensão pela fala ocorrida na quarta-feira passada, Dia Internacional da Mulher. A cassação, julgam, é medida excepcional que sequer foi usada em casos como o do ex-deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ), preso por atacar ministros do STF e desrespeitar medidas preventivas. PÁGINA 11

INDICADORES

IBOVESPA: -1,38% / 105.071,19 / -1.469,13 / Volume: R$ 26.753.827.987 / Negócios: 3.942.464

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
AZUL PN N2	14.25	+18.95	+2.27
CVC BRASIL ON NM	4.17	+13.62	+0.50
GOL PN N2	7.87	+10.69	+0.76
DEXCO ON NM	7.05	+13.71	+0.85
LOCAWEB ON NM	5.72	+20.68	+0.98

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
HAPVIDA ON NM	1.94	–28.94	–0.79
SID NACIONALON	16.54	–5.05	–0.88
PETZ ON NM	6.29	+0.64	+0.04
3R PETROLEUMON NM	31.330	–3.63	–1.180
CSNMINERACAOON N2	4.830	–2.62	–0.130

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	84.98	–0.72	–0.62
PETROBRAS PN N2	25.31	+0.64	+0.16
HAPVIDA ON NM	1.94	–28.94	–0.79
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	24.66	–1.32	–0.33
BRADESCO PN EJ N1	13.97	–0.36	–0.05

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	32.254,86	-1,66
NASDAQ Composite	11.338,354	-2,05
Euro STOXX 50	4.288,18	-0,09
CAC 40	7.281,49	-0,59
FTSE 100	7.879,98	-0,63
DAX 30	15.633,21	+0,01

Salário mínimo	R$ 1.302,00	**IGP-M**	-0,06% (fev.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 3,7053	**IPCA 5**	0,78% (fev.)	Compra: 5,4717	Venda: 5,6517
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(01/02)	13,75%	0,36	até o dia 09/mar.	Compra: 5,1347	Venda: 5,1353
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
10/3)	0,74%	BM&F/grama	R$ 297,00	Compra: 5,1405	Venda: 5,1411
TR (prefixada)		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(mar./23)	0,2392%	Compra: 5,4361	Venda: 5,4367	Compra: 5,1492	Venda: 5,3292

Economia

MERCADOS

Bolsa fecha em baixa seguindo a tendência de NY; dólar fica estável

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em queda ontem, seguindo a tendência dos mercados nos Estados Unidos, que pioraram na parte da tarde com a piora na percepção de risco para as empresas em ambiente de juros mais altos. O dólar fechou praticamente estável, depois de oscilar durante todo o dia.

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em baixa de 1,38%, a 105.071 pontos, devolvendo boa parte do avanço de 2,22% registrado na quarta-feira passada. O dólar comercial à vista fechou com baixa de 0,01%, a R$ 5,14.

No mercado de juros, as taxas continuaram a trajetória de queda observada nesta quarta, ainda com a perspectiva de que a Selic pode ter cortes antes do que se imaginava. Os contratos com vencimento em janeiro de 2024 recuam de 13,08% para 13,04% ao ano. Para janeiro de 2025, os juros caem de 12,4% para 12,23%. No vencimento em janeiro de 2027, a queda é de 12,79% para 12,56%.

Até o início da última hora de pregão, o Ibovespa vinha em baixa, mas em ritmo moderado. Mais perto do final da sessão, o desempenho começou a piorar, chegando mais próximo dos índices de Nova York. Destaque negativo para a Hapvida, com a ação ordinária fechando em baixa de 33,56%. A empresa anunciou na noite de quarta-feira que pode aumentar seu capital com uma nova emissão de ações. Segundo levantamento do Trade Map, a companhia perdeu quase R$ 7 bilhões em valor de mercado nesta quinta.

Em Nova York, o índice Dow Jones fechou em baixa de 1,66%. O S&P 500 recuou 1,85%. O Nasdaq fechou o dia com queda de 2,05%.

CAGED

País abre 83,3 mil vagas com carteira assinada em janeiro

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, mostram a criação de 83.297 postos de trabalho com carteira assinada em janeiro deste ano. No mesmo mês do ano passado, tinham sido criados 155.178 postos de trabalho, nos dados sem ajuste, que não consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores. A abertura de emprego formal caiu em janeiro de 2023, por causa da desaceleração econômica e pelo fechamento de vagas temporárias no comércio. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

Apesar da desaceleração em relação a janeiro do ano passado, houve melhora em relação a dezembro, quando haviam sido fechados 440.669 postos.

SETORES

Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em janeiro. A estatística foi liderada pelos serviços, com a abertura de 40.686 postos, seguido pela construção civil, com 38.965 postos a mais. Em terceiro lugar, vem a indústria (de transformação, de extração e de outros tipos) com a criação de 34.023 postos de trabalho.

O nível de emprego aumentou na agropecuária, com a abertura de 23.147 postos. Somente o comércio, pressionado pelo fechamento de vagas temporárias típico do início de ano, extinguiu empregos com carteira assinada no mês passado, com o fechamento de 53.524 vagas.

DESTAQUES

Nos serviços, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, com a abertura de 19.463 postos formais. A categoria de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas abriu 16.447 vagas.

Na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 33.738 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo lugar, ficou a indústria extrativa, que abriu 341 vagas.

As estatísticas do Caged, apresentadas em 2020, não detalham as contratações e demissões por segmentos do comércio. A série histórica anterior separava os dados do comércio atacadista e varejista.

REGIÕES

Três das cinco regiões brasileiras criaram empregos com carteira assinada em janeiro. O Sul liderou a abertura de vagas, com 32.169 postos a mais, seguido pelo Centro-Oeste, beneficiado pela safra de grãos, com 27.352 postos. Em seguida, vem o Sudeste, com 18.778 postos.

O Nordeste fechou 133 postos de trabalho, e o Norte extinguiu 482 vagas formais no mês passado.

Na divisão por unidades da Federação, 16 registraram saldo positivo, e nove extinguiram vagas. Os destaques na criação de empregos foram São Paulo (+18.663 postos), Santa Catarina (+15.727) e Mato Grosso (+13.715). As maiores variações negativas ocorreram no Ceará (-3.033 postos), Pará (-1.853) e Paraíba (-1.717).

MONTADORA

GM em São José terá férias coletivas

Os metalúrgicos de São José dos Campos (a 90 km de São Paulo) fecharam um acordo com a GM para congelar novas demissões até o dia 19 de abril, quando há previsão de uma nova rodada de negociações.

A data foi definida por ser uma semana depois do fim do período de férias coletivas definido pela montadora. Cerca de 80% da fábrica ficará em casa de 27 de março a 13 de abril.

O anúncio das férias coletivas foi feito na sequência de 34 demissões realizadas na sexta-feira passada. Ao todo, a unidade de São José tem cerca de 4.000 funcionários. Na terça-feira, os operários fizeram uma paralisação em frente à fábrica. No mesmo dia, a montadora chamou o sindicato para conversar.

Segundo Weller Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, a GM justificou as demissões e a pausa pela necessidade de readequar a produção. Falhas no abastecimento de componentes como semicondutores ainda têm desregulado o ritmo de produção.

Apesar de o corte ter sido pequeno em relação ao número total de empregados, os metalúrgicos consideraram um indicativo de que mais demissões seriam feitas. Preocupa a entidade o plano da GM de reestruturar seus negócios para investir mais na produção de elétricos.

Em São José do Campos, a maior parte da produção é dedicada à picape S10; há também a produção de Trailblazer. Em 2021, a S10 teve 35.045 unidades vendidas no Brasil, volume que caiu para 27.128 unidades em 2022. A queda é de 22,6%.

A GM confirma a concessão de férias coletivas e diz que fará um ajuste temporário na produção da S10.

FGV

Confiança dos pequenos negócios volta a crescer em fevereiro

Após cinco meses de queda, a confiança dos negócios de pequeno porte na economia voltou a crescer em fevereiro, revelou pesquisa divulgada ontem pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Todos os setores pesquisados – indústria, comércio e serviços – registraram melhoria nas expectativas.

Segundo a Sondagem das Micro e Pequenas Empresas, o índice geral de confiança das empresas pesquisadas ficou em 88,4 pontos, com avanço de 3,8 pontos em relação a janeiro, quando estava em 84,6 pontos. Indicadores acima de 100 pontos mostram confiança e, abaixo desse nível, sinalizam pessimismo.

O principal fator que contribuiu para a melhoria nas expectativas foi o desempenho da indústria de transformação. O indicador para o setor fechou em 94 pontos, com alta de 4 pontos. Os segmentos de alimentos e vestuários apresentaram alta. Em contrapartida, a confiança caiu nos segmentos refino e produtos químicos, e metalurgia e produtos de metal.

No comércio, o índice de confiança das micro e pequenas empresas cresceu de 81,8 pontos para 86,3 pontos. O indicador para o comércio está no maior nível desde novembro do ano passado. Segundo Sebrae e a FGV, todos os segmentos do comércio melhoraram neste mês, com destaque para veículos, motos e peças (lojas de autopeças e pequenas revendedoras).

Em relação aos serviços, o índice de confiança subiu 1,2 ponto, para 86 pontos, interrompendo uma sequência de cinco meses de queda. Dos cinco segmentos pesquisados, quatro acompanharam a alta do setor, com destaque para serviços de informação e comunicação. O único ramo dos serviços que foi na contramão foram os transportes, cuja confiança recuou pela sexta vez seguida, com queda de 7,4 pontos.

MINHA CASA

Governo deve bancar R$ 170 mil para faixa 1

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o governo deve dar subsídio de cerca de R$ 170 mil em residências do Minha Casa, Minha Vida para a faixa 1 do programa, voltada para famílias com renda mensal de até R$ 2.640.

"Já tem definida a tabela. O valor é variável dependendo da região da cidade, mas é em torno de R$ 170 mil", disse.

Costa afirmou que a meta do governo é contratar 2 milhões de novas casas, sendo 500 mil já neste ano. Segundo ele, 180 mil unidades da faixa 1 que já tiveram a construção iniciada devem ser entregues antes.

"Nós queremos concluir boa parte disso, aquilo que já tiver sido iniciado, até final do ano. A grande maioria já está acima de 50%. Tem algumas que só foi feita terraplanagem, essas não vai dar para concluir neste ano, só ano que vem, na melhor das hipóteses. Mas a grande maioria estamos colocando como meta este ano ainda", afirmou.

Em fevereiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou a MP (medida provisória) do novo Minha Casa, Minha Vida. O texto, que será votado pelo Congresso, estabelece que a faixa 1 do programa é direcionada a famílias com renda bruta mensal de R$ 2.640; a faixa 2 para famílias com renda de de R$ 2.640,01 a R$ 4.400; e a faixa 3 a famílias que recebem todos os meses de R$ 4.400,01 a R$ 8.000.

TETO DE GASTOS

Simone Tebet diz que novo arcabouço fiscal garante investimentos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O novo arcabouço fiscal garantirá investimentos e agradará a todos, inclusive ao mercado, disse ontem a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Ela deu a declaração após almoçar, no Ministério da Fazenda, com o ministro Fernando Haddad, e reafirmou que o projeto de lei complementar deve ser divulgado ainda este mês.

Tebet e Haddad se encontraram para discutirem o novo marco fiscal previsto pela Emenda Constitucional da Transição. Na semana passada, a Fazenda concluiu a modelagem da proposta, que foi enviada ao Ministério do Planejamento para orientar a elaboração do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.

Segundo a ministra, o texto concilia as preocupações com a sustentabilidade das contas públicas e a necessidade de garantir investimentos para a recuperação da economia. Ela informou que agora caberá a Haddad levar a proposta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"É um arcabouço fiscal responsável, preocupado com a responsabilidade fiscal, com o déficit primário, com a estabilização da (relação) dívida/PIB, mas, atendendo a um pedido justo do presidente da República, porque assim quer a democracia brasileira, que temos que ter recursos necessários para o Brasil voltar a crescer", declarou SimoneTebet.

LSPA

IBGE projeta safra de 298 milhões de toneladas para 2023; queda de 1,3%

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou ontem uma nova previsão para a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas para este ano. O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado em fevereiro deste ano, estimou produção de 298 milhões de toneladas este ano.

A previsão é 1,3% menor (ou 3,9 milhões de toneladas a menos) do que aquela estimada na pesquisa anterior, de janeiro. A redução deve-se principalmente à estiagem provocada pela La Niña, no Rio Grande do Sul, terceiro maior produtor de grãos do país, de acordo com o IBGE.

Apesar disso, a safra deste ano deve ser 13,3% superior (34,9 milhões de toneladas a mais) à observada no ano passado.

O recuo de janeiro para fevereiro deve-se principalmente à redução das previsões nas safras de soja (-1,7% em relação a janeiro), arroz (-2,5%), milho 1ª safra (-2,5%) e milho 2ª safra (-0,4%).

Mesmo com os ajustes na previsão, esperam-se aumentos, em relação a 2022, nas safras de soja (21,3%), milho (10,2%) e algodão herbáceo (1,4%). "A safra (de 298 milhões de toneladas) é recorde na série histórica do IBGE. As produções de soja e de milho também são recorde na série histórica", afirma o pesquisador do instituto, Carlos Barradas.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

GOIÁS TRANSMISSÃO S/A

CNPJ: 11.708.279/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: CARTA DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Submetemos à devida apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. A Goiás Transmissão S/A reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, bem como agradece a colaboração de todos os seus Acionistas, dos Membros do Conselho de Administração, dos Funcionários e dos Fornecedores. **Conselho de Administração: 1. HISTÓRICO:** A Goiás Transmissão S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, e seus propósitos são específicos (SPE), desde 03 de fevereiro de 2010, cuja atividade operacional concentra-se na área de transmissão de energia elétrica e atualmente possui instalações na Região Centro-Oeste. Sua atividade é regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. Através da Resolução nº 4.195, de 25 de junho de 2013, o Poder Concedente autorizou a implantação do reforço nas instalações objeto da concessão outorgada a essa Companhia. Tal reforço refere-se à implantação de um Reator 36 Mvar/13,8 kV no terciário do 3º banco de autotransformadores da SE Trindade e do 4º banco de autotransformadores 500/230 kV, 3x133 MVA da SE Trindade, cuja operação comercial definitiva se deu no dia 19 de janeiro de 2015. Por meio da Resolução Autorizativa nº. 9.997, de 18 de maio de 2021, a ANEEL autorizou a implantação da 2ª Ampliação da SE Trindade, que compreende a instalação do 1º Banco de reator de barra 500kV - (3+1) x 50Mvar. De acordo com a referida outorga, a operação comercial do reforço deverá ocorrer até o dia 26 de maio de 2023. Quanto à estrutura societária, esta Companhia atualmente possui a seguinte composição acionária: Furnas Centrais Elétricas S/A ("Furnas") com 49,0% de participação e GEBBRAS Participações LTDA., com 51% de participação. **2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Dados Econômico-financeiros	2022	2021
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	159.968	150.659
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	150.895	142.271
Resultado Financeiro (R$ mil)	(36.140)	(33.442)
Lucro/(Prejuízo) líquido do Exercício (R$ mil)	78.953	90.953
Ativo Total (R$ mil)	815.379	734.596
Dívida Bruta (R$ mil)	321.724	324.098
Dívida Líquida (R$ mil) (*)	285.631	290.124
Patrimônio Líquido (R$ mil)	395.583	335.380

* Dívida Líquida de disponibilidades e aplicações financeiras

3. ENDIVIDAMENTO	Taxa anual de juros	31/12/2022	31/12/2021
Itaú BBA	IPCA + 6,0548% a.a.	160.862	162.049
BTG Pactual	IPCA + 6,0548% a.a.	160.862	162.049
Total		321.724	324.098
Circulante		30.399	27.979
Não circulante		291.325	296.119

4. CAPITAL SOCIAL: O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022, é de R$ 174.095.200,00 (cento e setenta e quatro milhões, noventa e cinco mil e duzentos reais), representado por 315.195.000 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a composição do capital social por acionistas era a seguinte:

	31/12/2022			31/12/2021		
Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Furnas - Centrais Elétricas S.A.	154.445.648	49	85.307	154.445.648	49	85.307
Gebbras Participações Ltda.	160.749.552	51	88.788	160.749.552	51	88.788
Total	315.195.200	100	174.095	315.195.200	100	174.095

5. AUDITORES INDEPENDENTES: Nos termos da Instrução CVM nº. 308/99, destacamos que a Companhia mantém contrato de auditoria externa com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis e em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.029	15.434
Concessionárias e permissionárias	6	8.772	7.793
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	65.181	58.337
Outros créditos		341	344
Total do ativo circulante		**87.323**	**81.908**
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	5	23.064	18.540
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	704.326	633.611
Depósitos judiciais		122	122
Imobilizado		544	415
Total do ativo não circulante		**728.056**	**652.688**
Total do ativo		**815.379**	**734.596**
Passivo	**Nota explicativa**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Passivo circulante			
Fornecedores	9	1.324	1.300
Debêntures	10	30.399	27.979
Impostos correntes a pagar		1.810	1.379
Dividendos a pagar	13.c	16.140	21.621
Outras contas a pagar	11	2.765	4.239
Total do passivo circulante		**52.438**	**56.518**
Passivo não circulante			
Debêntures	10	291.325	296.119
Provisão para riscos	12	13	11
Dividendos a pagar	13.c	24.232	-
Tributos diferidos	18.a	51.788	46.568
Total do passivo não circulante		**367.358**	**342.698**
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	174.095	174.095
Reserva de lucros	13.b	221.488	161.285
Total do patrimônio líquido		**395.583**	**335.380**
Total do patrimônio líquido e total do passivo		**815.379**	**734.596**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)*

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Receita líquida	15	150.895	142.271
Custo de construção		(17.807)	-
Custos de operação e manutenção	19	(8.775)	(8.739)
Lucro bruto		**124.313**	**133.532**
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração do pessoal		(751)	(650)
Remuneração dos administradores	8.a	(769)	(641)
Serviços de terceiros		(896)	(1.642)
Outras receitas e despesas operacionais		(107)	(668)
Total das despesas gerais e administrativas	16	**(2.523)**	**(3.601)**
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		**121.790**	**129.931**
Receitas financeiras	17	5.421	2.708
Despesas financeiras	17	(41.561)	(36.150)
Resultado financeiro líquido		**(36.140)**	**(33.442)**
Lucro antes dos impostos		**85.650**	**96.489**
Imposto de renda e contribuição social	18.c	(6.696)	(5.536)
Lucro líquido do exercício		**78.954**	**90.953**
Resultado por ação - em reais	14	**0,2505**	**0,2886**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa de atividades operacionais	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício		78.954	90.953
Ajustes ao lucro:			
PIS e COFINS diferidos	18.b	2.831	2.903
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.c	2.389	2.450
Juros sobre empréstimos		-	6.928
Juros, variação monetária e custo de transação sobre debêntures	10.a	40.638	28.654
Depreciação		72	83
Remuneração do ativo de contrato	7	(122.997)	(135.520)
Receita de construção	7	(18.482)	-
Provisão para contingências		2	11
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	63.920	55.972
Concessionárias e permissionárias		(979)	(1.048)
Outros créditos e outros ativos		3	68
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		24	(1.045)
Impostos correntes a pagar		3.387	2.428
Outras contas a pagar		(1.474)	(868)
Juros pagos	10.a	(20.945)	(20.988)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.956)	(2.023)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**24.387**	**28.958**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Imobilizado		(201)	(64)
Aplicações financeiras		(4.524)	(10.787)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(4.725)**	**(10.851)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de debêntures		-	314.388
Pagamento de empréstimos - Principal	10.a	(22.067)	(168.852)
Redução de capital		-	(141.100)
Dividendos pagos	13.c	-	(16.604)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(22.067)**	**(12.168)**
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(2.405)**	**5.939**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	15.434	9.495
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	13.029	15.434
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(2.405)**	**5.939**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas explicativas	Capital social	Reservas: Reserva legal	Reservas: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**315.195**	**20.864**	**71.069**	**-**	**407.128**
Redução de capital		(141.100)	-	-	-	(141.100)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	90.953	90.953
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		-	4.548	-	(4.548)	-
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		-	-	-	(21.601)	(21.601)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	64.804	(64.804)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13	**174.095**	**25.412**	**135.873**	**-**	**335.380**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	78.954	78.954
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		-	3.948	-	(3.948)	-
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		-	-	-	(18.751)	(18.751)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	56.255	(56.255)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13	**174.095**	**29.360**	**192.128**	**-**	**395.583**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

Receitas	31.12.2022	31.12.2021
Receitas relativas à operação e manutenção	18.489	15.139
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	122.997	135.520
Receitas relativas à construção	18.482	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros referente à operação	(9.082)	(10.413)
Materiais, serviços de terceiros e outros referente à construção	(17.807)	-
Valor adicionado bruto	**133.079**	**140.246**
Depreciação e amortização	(72)	(83)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**133.007**	**140.163**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.421	2.708
Valor adicionado total a distribuir	**138.428**	**142.871**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**1.897**	**1.509**
Remunerações	634	489
Férias e 13º Salário	149	104
Encargos sociais (Exceto INSS)	62	46
Benefícios	283	229
Administradores	769	641
Impostos, taxas e contribuições	**16.016**	**14.259**
INSS (Sobre folha de pagamento)	215	159
ICMS	25	158
PIS/COFINS s/faturamento	5.839	5.499
Tributos sobre o lucro	6.696	5.536
Obrigações intrassetoriais	3.234	2.889
Outros	7	18
Remuneração de capitais de terceiros	**41.561**	**36.150**
Encargos de dívida e variação monetária	39.753	35.190
Outras	1.808	960
Remuneração de capitais próprios	**78.954**	**90.953**
Lucro retido do exercício	60.203	69.352
Dividendos	18.751	21.601
Valor adicionado distribuido	**138.428**	**142.871**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	78.954	90.953
Total do resultado abrangente do exercício	**78.954**	**90.953**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais - R$)*

1 Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Goiás Transmissão S.A. ("GOT" ou "Companhia"), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo consórcio Goiás Transmissão, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. (49%) e Gebbras Participações Ltda. (51%), vencedor do Lote A do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 002/2010. Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção de linhas de transmissão localizadas no Estado de Goiás. **1.2 Da concessão:** No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 002/2010 - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão: **(i)** LT 500 kV, CD SE Rio Verde Norte - SE Trindade. **(ii)** LT 230 kV CD SE Trindade - SE Xavantes. **(iii)** LT 230 kV CS SE Trindade - SE Carajás. **(iv)** Subestação Trindade em 500/230 kV. **(v)** Entradas de linha, interligação de barras, reatores de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações acima entraram em operação comercial em outubro de 2013. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a Resolução Homologatória nº 3.067/2022, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2022-2023, é de R$ 85.356, incluindo os impostos reembolsáveis. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão. A Companhia adota como procedimento contábil o reconhecimento dos impactos do reajuste tarifário quando os mesmos são homologados pela Resolução emitida pelo poder concedente. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade desta, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida. Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Reserva Geral de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional. • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração estima que o valor de indenização é de R$ 121.733, valor este correspondente a estimativa de valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6 e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2022, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. **2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 26 de janeiro de 2023. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: ***(i) Contabilização de contratos de concessão:*** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. ***(ii) Reconhecimento do ativo de contrato:*** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada, vide nota explicativa 1.2. ***(iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato:*** A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 6,59% a.a. **3 Principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras: **a. Receita operacional:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: • Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado pelo regime de competência. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. • Receita de remuneração ativo de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. • Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **b. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(i) Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. *Custo amortizado:* São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Caixa e bancos", "Contas a receber (ativo de contrato)", "Concessionárias e permissionárias" e "Outros créditos". *Valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Aplicações financeiras". ***(ii) Passivos financeiros:*** Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2022, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam "Outras contas a pagar", "Fornecedores", "Debêntures", "Dividendos" e "Obrigações Estimadas". **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. **d. Concessionárias e permissionárias:** Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede básica (RBL). **e. Ativo de contrato:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. **f. Demais ativos circulante e não circulante:** São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas. **g. Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente. **h. Impostos e contribuições:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%. Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. **i. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment"):** A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **j. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). **k. Resultado por ação:** O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia. **l. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"):** A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros. **m. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.1 Normas e interpretações novas e revisadas: Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2022:** No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1)/ IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022

GOIÁS TRANSMISSÃO S/A

CNPJ: 11.708.279/0001-89

Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao CPC 37 (R1)/ IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2)/ IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras. **Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:**

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	5	3
Bancos	329	258
Aplicações financeiras	12.695	15.173
Total	**13.029**	**15.434**

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itaú – CDB-DI	CDB	98% CDI	12.695	15.173
Total			**12.695**	**15.173**

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 20. **5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito):** Refere-se a aplicação restrita para garantia dos contratos de debêntures, o banco depositário fará mensalmente a transferência para a conta reserva do valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação do serviço da dívida, até que os montantes nela depositados correspondam ao valor do pagamento da próxima parcela de amortização do valor atualizado, acrescido da remuneração. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itaú	TOP DI FIC	112,36% CDI (*)	23.064	18.540
Total			**23.064**	**18.540**

(*) Rentabilidade relativa ao benchmark dos últimos 12 meses.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 20. **6 Concessionárias e permissionárias:** Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	8.772	7.793
Total	**8.772**	**7.793**

7 Contas a receber (Ativo de contrato)

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2020	Atualização/ remuneração do ativo contrato (+)	Realização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2021
Ativo de contrato	**612.400**	**135.520**	**(55.972)**	**691.948**
Circulante	49.824			58.337
Não circulante	562.576			633.611

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2021	Remuneração pela construção do ativo contrato (+)	Atualização/ remuneração do ativo contrato (+)	Realização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022
Ativo de contrato	**691.948**	**18.482**	**122.997**	**(63.920)**	**769.507**
Circulante	58.337				65.181
Não circulante	633.611				704.326

O ativo de contrato refere-se à prestação de serviços de construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão e estão classificadas como custo amortizado. **8 Transações com partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos exercícios reportados e seus efeitos estão descritos a seguir: **a. Prestação de serviços com Furnas Centrais Elétricas:** A Companhia possuía contrato de O&M com Furnas até dezembro de 2016, porém o serviço foi prestado até 05 de janeiro de 2017 e o saldo em aberto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R$ 1.190), refere-se à provisão do valor após o encerramento do contrato. **b. Remuneração dos administradores:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração dos administradores, totalizou R$ 769 (R$ 641 em 2021), sendo registrada como despesas gerais e administrativas.

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(635)	(524)
Encargos e benefícios	(134)	(117)
Total	**(769)**	**(641)**
c. Dividendos a pagar	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Furnas Centrais Elétricas	19.782	10.594
Gebbras Participações	20.590	11.027
Total	**40.372**	**21.621**
Circulante	16.140	21.621
Não circulante	24.232	-
9 Fornecedores	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Schneider Electric	-	233
Furnas	1.190	875
Buriti Segurança	28	-
Outros	106	192
Total	**1.324**	**1.300**

10 Debêntures: A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples em 05 de julho de 2021, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R$325.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento em 15 de junho de 2033. Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES e FCO, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 31, de 07 de janeiro de 2021, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) distribuição de dividendos aos Acionistas.

a. Composição	**Taxa anual de juros**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Itaú BBA	IPCA + 6,0548% a.a.	160.862	162.049
BTG Pactual	IPCA + 6,0548% a.a.	160.862	162.049
Total		**321.724**	**324.098**
Circulante		30.399	27.979
Não circulante		291.325	296.119

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Captação	314.388
Provisão de juros	11.155
Variação monetária	17.056
Apropriação custos de transação	442
(-) Amortização de principal	(10.205)
(-) Pagamento de juros	(8.738)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**324.098**
Provisão de juros	21.665
Variação monetária	18.088
Apropriação custos de transação	885
(-) Amortização de principal	(22.067)
(-) Pagamento de juros	(20.945)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**321.724**

a. Garantias: A Companhia, através do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças", cedeu e transferiu fiduciariamente, em garantia aos Debenturistas, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 002/2010 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 2010-012-03 GOIAS TRA: CCO-2010-002 firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). As intervenientes Furnas e Gebbras alienaram e transferiram fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade. **b. Covenants:** O contrato contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento em relação a determinadas informações financeiras, manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos debenturistas. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos debenturistas, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e ambientais. De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias. Caso o ICSD mínimo fique no intervalor de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento mediante depósito em conta vinculada, do valor necessário ao atingimento do ICSD mínimo, o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD mínimo, de forma que sejam considerados em seu cálculo os valores depositados na conta de complementação do ICSD. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está em conformidade com a referida cláusula de *covenants*.

11 Outras contas a pagar	31/12/2022	31/12/2021
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	688	407
RGR	563	264
Taxa de fiscalização	916	873
Antecipação Aviso de Crédito	170	2.399
Outros	428	296
Total	**2.765**	**4.239**

12 Provisões para riscos: A Companhia está envolvida em processos cíveis e tributários, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

	31/12/2022			31/12/2021		
Risco	**Cível**	**Tributário**	**Total**	**Cível**	**Tributário**	**Total**
Provável (a)	13	-	13	11	-	11
Possível (b)	5.222	18.938	24.160	355	18.192	18.547
	5.235	**18.938**	**24.173**	**366**	**18.192**	**18.558**

a) **Processos prováveis:** Composto por processo de indenização por passagem de servidão. b) **Processos possíveis:** Composto por um processo no valor de R$ 380 (355 em 2021) referente a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Goiás, pleiteando liminarmente a suspensão das obras da Linha de Transmissão, um processo de ação anulatória de auto de infração referente a ICMS DIFAL no montante de R$ 18.938 (18.193 em 2021) e por processos de passagem de servidão. **13 Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 174.095, representado por 315.195.200 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2022			31/12/2021		
Acionistas	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**
Furnas - Centrais Elétricas S.A.	154.445.648	49	85.307	154.445.648	49	85.307
Gebbras Participações Ltda.	160.749.552	51	88.788	160.749.552	51	88.788
Total	**315.195.200**	**100**	**174.095**	**315.195.200**	**100**	**174.095**

b. Reservas de lucros: A reserva de lucros está composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definido no estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	78.953	90.953
Reserva legal (5%)	(3.948)	(4.548)
Lucro líquido do exercício ajustado	**75.006**	**86.405**
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	18.751	21.601
Reserva de retenção de lucros	56.255	64.804

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2021	**161.285**
Constituição reserva de lucros	60.203
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2022	**221.448**

c. Dividendos: Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuída, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição. A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2021	**21.621**
Dividendos mínimos obrigatórios	18.751
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2022	**40.372**

14 Resultado por ação	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	78.954	90.953
Quantidade de ações ordinárias ponderadas (em milhares)	315.195	315.195
Resultado por ação ordinária ponderada (em reais)	**0,2505**	**0,2886**

Não há efeitos de diluição no cálculo do resultado por ação.

15 Receita líquida	31/12/2022	31/12/2021
Receita de remuneração ativo de contrato	122.997	135.520
Receita de construção	18.482	-
Receita de operação	18.489	15.139
Receita bruta	**159.968**	**150.659**
(-) PIS e COFINS	(5.839)	(5.499)
(-) Encargos regulatórios	(3.234)	(2.889)
Receita líquida	**150.895**	**142.271**
16 Despesas gerais e administrativas	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Pessoal	(751)	(650)
Administradores	(769)	(641)
Material	(1)	(13)
Serviços de terceiros	(896)	(1.642)
Arrendamentos e aluguéis	(39)	(27)
Seguros	(31)	(32)
Tributos	(7)	(165)
Depreciação	(72)	(83)
Outras despesas e receitas operacionais	43	(348)
Total do custo de operação e manutenção	**(2.523)**	**(3.601)**
17 Resultado financeiro	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	5.189	2.632
Outras receitas financeiras	232	76
	5.421	**2.708**
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos e financiamentos e debêntures	(21.665)	(18.084)
Atualizações monetárias	(18.465)	(17.107)
Outras despesas financeiras	(1.431)	(959)
	(41.561)	**(36.150)**
Total do resultado financeiro	**(36.140)**	**(33.442)**

18 Impostos e contribuições: a. Tributos diferidos

Natureza dos tributos	31/12/2022	31/12/2021
PIS diferido	5.002	4.498
COFINS diferido	23.085	20.758
IRPJ diferido	15.390	13.839
CSLL diferido	8.311	7.473
	51.788	**46.568**

b. PIS e COFINS - Deduções da receita	31/12/2022	31/12/2021
Receita anual permitida (RAP)	82.410	71.112
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto corrente no resultado	**(3.008)**	**(2.596)**
Receita de remuneração e construção do ativo de contrato	141.479	135.520
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(5.164)	(4.946)
Baixa de PIS e COFINS diferidos	2.333	2.043
Imposto diferido no resultado	**(2.831)**	**(2.903)**
PIS e COFINS dedução da receita	**(5.839)**	**(5.499)**

c. Imposto de renda e contribuição social	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Receita Anual Permitida (RAP)	82.410	82.410	71.112	71.112
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	6.593	9.889	5.689	8.533
Receitas financeiras	5.274	5.274	2.706	2.706
Base de cálculo	11.867	15.163	8.395	11.239
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(1.780)	(1.365)	(1.259)	(1.011)
Adicional de 10% - IRPJ	(1.163)	-	(815)	-
Imposto corrente no resultado	**(2.943)**	**(1.365)**	**(2.074)**	**(1.011)**
Receita de remuneração e construção do ativo de contrato	141.479	141.479	135.520	135.520
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	11.318	16.977	10.842	16.262
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(2.830)	(1.528)	(2.711)	(1.464)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	1.280	690	1.119	605
Imposto diferido no resultado	**(1.550)**	**(838)**	**(1.592)**	**(859)**
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	**(4.493)**	**(2.203)**	**(3.666)**	**(1.870)**

19 Custos	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(591)	(377)
Material	(394)	(930)
Serviços de terceiros	(6.811)	(6.496)
Arrendamentos e aluguéis	(23)	(115)
Seguros	(411)	(274)
Outros custos de operação e manutenção	(545)	(547)
Total do custo de operação e manutenção	**(8.775)**	**(8.739)**

20 Instrumentos financeiros: a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022	**Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09**	**Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09**	**Nível valor justo**
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	13.029	1
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	23.064	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	8.772	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	769.507	
Outros créditos	Custo amortizado	341	
		814,713	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022	**Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09**	**Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09**
Debêntures	Custo amortizado	321.724
Fornecedores	Custo amortizado	1.324
Dividendos a pagar	Custo amortizado	40.372
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.764
		366.185

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021	**Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09**	**Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09**	
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	**15.434**	1
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	**18.540**	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	**7.793**	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	**691.948**	
Outros créditos	Custo amortizado	**344**	
		734.059	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021	**Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09**	**Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09**
Debêntures	Custo amortizado	**324.098**
Fornecedores	Custo amortizado	**1.300**
Dividendos a pagar	Custo amortizado	**21.621**
Outras contas a pagar	Custo amortizado	**4.239**
		351.258

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros: Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). A Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas demonstrações financeiras, se aproximam dos seus valores justos. **c. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. ***(i) Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). ***(ii) Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade. ***(iii) Risco de mercado:*** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. *Riscos relacionados às aplicações financeiras:* A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco. *Riscos relacionados à taxa de juros:* Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (IPCA). ***d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros :*** As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e do IPCA. Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (debêntures e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2022, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e IPCA, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco. Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,65	10,24	6,83
Aplicações financeiras		35.759	4.881	3.662	2.442
Impacto no resultado			-	(1.219)	(2.439)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil – BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA		5,92	7,40	8,88
Debêntures		321.724	19.046	23.808	28.569
Impacto no resultado			-	(4.762)	(9.523)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

21 Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores	30.000	30/04/2022 a 30/04/2023
Risco operacional	105.353	30/04/2022 a 30/04/2023
Responsabilidade civil geral	6.000	30/04/2022 a 30/04/2023

22 Meio Ambiente: As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia. **23 Compromissos:** Tendo em vista o Reforço outorgado pela Aneel através da Resolução Autorizativa nº. 9.997/2021, com uma RAP de R$2.580 e estimativa de custo de R$22.696, para a instalação do 1º reator de barra 500 kV da SE Trindade, a Companhia celebrou contratos para a implantação do Empreendimento. A construção da ampliação teve início em janeiro de 2022 e tem previsão de término para março de 2023.

Diretor-administrativo-financeiro - José Mauro Martins Leone; Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S; Leandro Borges Jordão - Contador - CRC GO-001605/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Goiás Transmissão S.A.**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Goiás Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goiás Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Diretoria da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2023 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ; Diego Wailer da Silva - Contador - CRC nº 1 RS 074562/O-3.

TSP TRANSENERGIA SÃO PAULO

TRANSENERGIA SÃO PAULO S.A.

CNPJ nº 10.997.565/0001-49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Submetemos à devida apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. A Transenergia São Paulo reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, bem como agradece a colaboração de todos os seus Acionistas, dos Membros do Conselho de Administração, dos Funcionários e dos Fornecedores. **Conselho de Administração. 1. HISTÓRICO:** A Transenergia São Paulo S/A, sociedade de propósito específico de capital fechado, constituída em 08 de julho de 2009, celebrou, em 19 de novembro de 2009, o Contrato de Concessão nº. 024/2009, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes Instalações de Transmissão, localizadas na cidade de Itatiba, pertencentes ao Lote G do Leilão nº. 009/2009 - ANEEL: (i) Subestação (SE) Itatiba; Através da Resolução nº 2.376, de 04 de maio de 2010, o Poder Concedente autorizou a implantação do reforço nas instalações objeto da concessão outorgada a essa Companhia. Tal reforço refere-se à implantação de 02 (dois) vãos de saída de 138 kV, cujas obras foram concluídas em 15 de novembro de 2013. A energização das instalações se deu no dia 07 de dezembro de 2013. Além do reforço mencionado acima, através da Resolução Autorizativa nº 3.494, de 15 de maio de 2012, a ANEEL autorizou a implantação de outro reforço na SE Itatiba, compreendendo, entre outros, a instalação do terceiro banco de autotransformadores monofásicos AT3 500/138-13,8 kV, 3 x 133,33 MVA, no prazo de 25 (vinte e cinco) meses, contados da data da publicação da Resolução Autorizativa (29 de maio de 2012). Este reforço entrou em operação comercial em 14 de maio de 2014. Quanto à estrutura societária, esta Companhia atualmente possui a seguinte composição acionária: Furnas Centrais Elétricas S/A ("Furnas"), com 49,0% de participação e GEBBRAS Participações LTDA., com 51% de participação. **2. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO:**

Dados Econômico-financeiros	2022	2021
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	44.955	51.561
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	42.204	39.105
Resultado Financeiro (R$ mil)	(11.982)	(10.628)
Lucro do Exercício (R$ mil)	24.208	21.964
Ativo Total (R$ mil)	237.730	220.394
Dívida Bruta (R$ mil)	110.252	111.562
Dívida Líquida (R$ mil) (*)	95.985	97.706
Patrimônio Líquido (R$ mil)	92.516	120.510

* Dívida Líquida de disponibilidades e aplicações financeiras

3. ENDIVIDAMENTO	Taxa anual de juros	31/12/2022	31/12/2021
Itaú BBA	IPCA + 6,0548% a.a.	55.126	55.781
BTG Pactual	IPCA + 6,0548% a.a.	55.126	55.781
Total		110.252	111.562
Circulante		10.417	9.631
Não circulante		99.835	101.931

4. CAPITAL SOCIAL: O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022, é de R$ 33.800.000,00 (trinta e três milhões e oitocentos mil reais), representado por 73.800.000 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição do capital social por acionistas era a seguinte:

	31/12/2022			31/12/2021		
Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Furnas Centrais Elétricas S.A.	36.162.000	49	16.562	36.162.000	49	16.562
Gebbras Participações Ltda.	37.638.000	51	17.238	37.638.000	51	17.238
Total	**73.800.000**	**100**	**33.800**	**73.800.000**	**100**	**33.800**

5. AUDITORES INDEPENDENTES: Nos termos da Instrução CVM nº. 308/99, destacamos que a Companhia mantém contrato de auditoria externa com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis e em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente. A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.134	7.109
Concessionárias e permissionárias	6	3.395	3.140
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	19.787	17.709
Outros créditos		565	546
Total do ativo circulante		**29.881**	**28.504**
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	5	8.133	6.747
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	199.472	184.888
Outros créditos		-	2
Imobilizado		244	253
Total do ativo não circulante		**207.849**	**191.890**
Total do ativo		**237.730**	**220.394**
Passivo	**Nota explicativa**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Passivo circulante			
Fornecedores	9	964	1.047
Debêntures	10	10.417	9.631
Impostos correntes a pagar		326	330
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	6.052	5.491
Outras contas a pagar	11	2.028	2.224
Total do passivo circulante		**19.787**	**18.723**
Passivo não circulante			
Debêntures	10	99.835	101.931
Dividendos a pagar	13.c	10.836	-
Tributos diferidos	18.a	14.756	13.635
Total do passivo não circulante		**125.427**	**115.566**
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	33.800	33.800
Reserva de lucros	13.b	58.716	52.305
Total do patrimônio líquido		**92.516**	**86.105**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**237.730**	**220.394**

Demonstrações do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)*

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Receita líquida	15	42.204	39.105
Custo de operação e manutenção	19	(2.952)	(3.555)
Lucro bruto		**39.252**	**35.550**
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração dos administradores	8.b	(299)	(221)
Serviços de terceiros		(573)	(811)
Outras receitas e despesas operacionais		(85)	(391)
Total das despesas gerais e administrativas	16	**(957)**	**(1.423)**
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		**38.295**	**34.127**
Receitas financeiras		2.189	821
Despesas financeiras		(14.171)	(11.449)
Resultado financeiro líquido	17	**(11.982)**	**(10.628)**
Lucro antes dos impostos		**26.313**	**23.499**
Imposto de renda e contribuição social	18.c	(2.105)	(1.535)
Lucro líquido do exercício		**24.208**	**21.964**
Resultado por ação - em reais	14	**0,3280**	**0,2976**

Demonstrações do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	24.208	21.964
Total do resultado abrangente do exercício	**24.208**	**21.964**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas explicativas	Capital social	Reservas: Reserva legal	Reservas: Retenção de lucros	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**73.800**	**9.232**	**37.478**	**-**	**120.510**
Redução de capital	13	(40.000)	-	-	-	(40.000)
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	(10.878)	-	(10.878)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.964	21.964
Destinação do resultado do exercício						
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		-	-	-	(5.491)	(5.491)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	(2.472)	2.472	-	-
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	16.473	(16.473)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13	**33.800**	**6.760**	**45.545**	**-**	**86.105**
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	(11.745)	-	(11.745)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	24.208	24.208
Destinação do resultado do exercício						
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		-	-	-	(6.052)	(6.052)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	18.156	(18.156)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13	**33.800**	**6.760**	**51.956**	**-**	**92.516**

Demonstrações do valor adicionado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas		
Receitas relativas à operação e manutenção	8.889	6.280
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	36.066	35.281
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(3.242)	(4.375)
Valor adicionado bruto	**41.713**	**37.186**
Depreciação e amortização	(12)	(20)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**41.701**	**37.166**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.189	821
Valor adicionado total a distribuir	**43.890**	**37.987**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**577**	**471**
Remunerações	172	161
Férias e 13º Salário	42	37
Encargos sociais (Exceto INSS)	17	15
Benefícios	47	37
Administradores	299	221
Impostos, taxas e contribuições	**4.933**	**4.103**
INSS (Sobre folha de pagamento)	57	58
ICMS	1	54
PIS/COFINS s/faturamento	1.641	1.516
Tributos sobre o lucro	2.105	1.535
Obrigações intrassetoriais	1.110	940
Outros	19	-
Remuneração de capitais de terceiros	**14.172**	**11.449**
Encargos de dívida e variação monetária	13.731	11.145
Outras	441	304
Remuneração de capitais próprios	**24.208**	**21.964**
Lucro retido do exercício	18.156	16.473
Dividendos	6.052	5.491
Valor adicionado distribuído	**43.890**	**37.987**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2022*(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		24.208	21.964
Ajustes ao lucro:			
PIS e COFINS diferidos	18.b	608	657
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.c	513	555
Remuneração do ativo de contrato	7	(36.066)	(35.281)
Depreciação		12	20
Juros sobre empréstimos		-	1.409
Juros, variação monetária e custos de transação s/debêntures	10.a	13.949	9.867
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	19.404	17.266
Concessionárias e permissionárias		(255)	(414)
Outros créditos		(17)	619
Aumento (Redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(83)	27
Impostos correntes a pagar		1.228	765
Outras contas a pagar		(196)	683
Pagamento de debêntures (juros)	10.a	(7.086)	(4.513)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.232)	(765)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**14.987**	**12.859**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(3)	(24)
Aplicações financeiras		(1.386)	(4.951)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		**(1.389)**	**(4.975)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de debêntures		-	108.483
Pagamento de debêntures (principal)	10.a	(8.173)	(35.384)
Redução de capital	13.a	-	(40.000)
Dividendos pagos	13.c	(6.400)	(41.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(14.573)**	**(7.901)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(975)**	**(17)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	7.109	7.126
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	6.134	7.109
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(975)**	**(17)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais - R$)*

1 Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Transenergia São Paulo S.A. ("TSP" ou "Companhia"), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 8 de julho de 2009, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo Consórcio Transenergia, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A (49%) e Gebbras Participações Ltda. (51%), vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 001/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 024/2009. Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção das instalações de transmissão localizadas no Estado de São Paulo. **1.2 Da concessão:** No dia 19 de novembro de 2009, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 024/2009 - Instalação de Transmissão de rede básica pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, no Estado de São Paulo: **(i)** Subestação (SE) Itatiba 500/138 kV: localizada no município de Itatiba - SP. **(ii)** Entradas de linhas nas Subestações de Campinas e Ibiúna 500 kV: aquisição de equipamentos necessários para as modificações nas entradas de linhas das subestações Campinas e Ibiúna. **(iii)** Linhas de Transmissão 500 kV: implementação de dois trechos de linhas de transmissão, em dois circuitos simples de 500 kV, com extensão aproximada de 0,5 km, cada trecho de linha, entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão Campinas - Ibiúna e a SE Itatiba 500/138 kV. As instalações descritas nos itens (ii) e (iii) foram transferidas, sem ônus, para Furnas, em cumprimento ao Contrato de Concessão n° 024/2009, sendo a referida concessionária responsável pela operação e pela manutenção das Linhas de Transmissão resultantes do seccionamento e dos respectivos módulos de Entrada de Linhas. O recebimento das instalações se deu por meio da celebração do Atestado de Recebimento de Instalações do CCI n° 40001352. As instalações acima entraram em operação comercial em agosto de 2012. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP), a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.067/2022, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2022-2023 é de R$28.492, incluindo os impostos reembolsáveis. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão. A Companhia adota como procedimento contábil o reconhecimento dos impactos de reajuste tarifário quando homologados pela Resolução emitida pelo poder concedente. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade desta, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida. Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: Reserva Geral de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional. Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE): Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. Pesquisa & Desenvolvimento do setor Elétrico (P&D): Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica, objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração estima que o valor de indenização é de R$23.387, valor este correspondente a estimativa do valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11º da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão. **2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2022, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. **2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 26 de janeiro de 2023. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: ***(i) Contabilização de contratos de concessão:*** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. ***(ii) Reconhecimento do ativo de contrato:*** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada, vide nota explicativa 1.2. ***(iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato:*** A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 6,59% a.a. **3 Principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras: **a. Receita operacional:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: • Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. • Receita de remuneração ativo de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. • Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **b. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(i) Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. *Custo amortizado:* São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Caixa e bancos", "Contas a receber (ativo de contrato)", "Concessionárias e permissionárias" e "Outros créditos". *Valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Aplicações financeiras". ***(ii) Passivos financeiros:*** Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2022, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam "Outras contas a pagar", "Fornecedores", "Debêntures", "Dividendos" e "Obrigações Estimadas". **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. **d. Concessionárias e permissionárias:** Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede básica (RBL). **e. Ativo de contrato:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. **f. Demais ativos circulante e não circulante:** São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas. **g. Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente. **h. Impostos e contribuições:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%. Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. **i. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment"):** A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **j. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). **k. Resultado por ação:** O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia. **l. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"):** A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros. **m. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.1 Normas e interpretações novas e revisadas: Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2022:** No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1)/ IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022

TSP TRANSENERGIA SÃO PAULO

TRANSENERGIA SÃO PAULO S.A.

CNPJ nº 10.997.565/0001-49

Alterações ao CPC 37 (R1)/ IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2)/ IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	210	236
Aplicações financeiras	5.924	6.873
Total	**6.134**	**7.109**

Composição do saldo de aplicações financeiras:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itaú	CDB Plus	98% CDI	5.924	6.873
Total			**5.924**	**6.873**

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 20. **5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito):** Refere-se à aplicação restrita para as debêntures, o banco depositário fará mensalmente a transferência para a conta reserva do valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação do serviço da dívida, até que os montantes nela depositados correspondam ao valor do pagamento da próxima parcela de amortização do valor atualizado, acrescido da remuneração. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itaú	Fundo TOP REF DI 117,86% CDI (*)		8.133	6.747
			8.133	**6.747**

(*) Rentabilidade relativa ao benchmark dos últimos 12 meses.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 20. **6 Concessionárias e permissionárias:** Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	3.395	3.140
Total	**3.395**	**3.140**

7 Contas a receber (Ativo de contrato): O ativo de contrato refere-se à prestação de serviços de construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão e estão classificadas como custo amortizado.

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2020	Atualização/ remuneração do ativo contrato	Realização do ativo de contrato	Saldo ativo de contrato em 31/12/2021
		(+)	(-)	
Ativo de contrato	**184.582**	**35.281**	**(17.266)**	**202.597**
Circulante	15.656			17.709
Não circulante	168.926			184.888

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2021	Atualização/ remuneração do ativo contrato	Realização do ativo de contrato	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022
		(+)	(-)	
Ativo de contrato	**202.597**	**36.066**	**(19.404)**	**219.259**
Circulante	17.709			19.787
Não circulante	184.888			199.472

8 Transações com partes relacionadas: A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir: **a. Prestação de serviços com Furnas Centrais Elétricas S.A.:** A Companhia possui os seguintes contratos: ***a.1 Contrato de serviço de operação e manutenção:*** A Companhia possuía contrato de O&M com Furnas até dezembro de 2016, porém o serviço foi prestado até 05 de janeiro de 2017 e o saldo em aberto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R$207), refere-se à provisão do valor após o encerramento do contrato. ***a.2 Contrato de Compartilhamento de Instalações (CCI):*** A Companhia possui contrato de compartilhamento de instalações (CCI), no valor mensal de R$14, a título de taxa de conservação das instalações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu R$168 do referido contrato, que foi registrado no resultado como recuperação de despesas. **b. Remuneração dos Administradores:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração dos administradores, totalizou R$299 (R$221 em 2021) e foi registrada como despesas gerais e administrativas no resultado.

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(231)	(166)
Encargos	(68)	(55)
Total	**(299)**	**(221)**
c. Dividendos a pagar	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Furnas Centrais Elétricas	8.275	2.691
Gebbras Participações	8.613	2.800
Total	**16.888**	**5.491**
Circulante	6.052	5.491
Não circulante	10.836	-
9 Fornecedores	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Furnas	207	113
Secuity Segurança	80	65
Cotesa Engenharia	26	157
Siemens	417	417
Outros	234	295
Total	**964**	**1.047**

10 Debêntures: A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples em 05 de julho de 2021, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R$112.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento em 15 de junho de 2033. Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 3.522 de 14 de dezembro de 2020, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) distribuição de dividendos aos Acionistas. **a. Composição**

	Taxa anual de juros	31/12/2022	31/12/2021
Itaú BBA	IPCA + 6,0548% a.a.	55.126	55.781
BTG Pactual	IPCA + 6,0548% a.a.	55.126	55.781
Total		**110.252**	**111.562**
Circulante		10.417	9.631
Não circulante		99.835	101.931

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Captação de debêntures	108.483
Provisão de juros	3.844
Variação monetária	5.877
(-) Amortização de principal	(3.777)
(-) Pagamento de juros	(3.011)
Amortização custos de transação	146
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**111.562**
Provisão de juros	7.439
Variação monetária	6.218
Amortização custos de transação	292
(-) Amortização de principal	(8.173)
(-) Pagamento de juros	(7.086)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**110.252**

b. Garantias: A Companhia, através do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças", cedeu e transferiu fiduciariamente, em garantia aos Debenturistas, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 024/2009 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 006/2010 firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). As intervenientes Furnas e Gebbras alienaram e transferiram fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade. **c. Covenants:** O contrato contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento em relação a determinadas informações financeiras, manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos debenturistas. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos debenturistas, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e ambientais. De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias. Caso o ICSD mínimo fique no intervalo de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento mediante depósito em conta vinculada, do valor necessário ao atingimento do ICSD mínimo, o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD mínimo, de forma que sejam considerados em seu cálculo os valores depositados na conta de complementação do ICSD. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está em conformidade com a referida cláusula de *covenants*.

11 Outras contas a pagar	31/12/2022	31/12/2021
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	230	136
RGR	225	117
Taxa de fiscalização	340	319
Antecipação Aviso de Crédito	1.152	1.574
Outros	81	78
Total	**2.028**	**2.224**

12 Provisões para riscos: Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui demandas judiciais com probabilidade de perda provável ou possível, que deveriam ser registradas e/ou divulgadas. **13 Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$33.800, representado por 73.800.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2022			31/12/2021		
Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Furnas Centrais Elétricas S.A.	36.162.000	49	16.562	36.162.000	49	16.562
Gebbras Participações Ltda.	37.638.000	51	17.238	37.638.000	51	17.238
Total	**73.800.000**	**100**	**33.800**	**73.800.000**	**100**	**33.800**

No dia 20/08/2021 a Companhia efetuou a redução do capital e a devolução para os Acionistas no montante de R$40.000 de acordo com a ata da 24ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de março de 2021. **b. Reservas de lucros:** A reserva de lucros está composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definido no estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	24.208	21.964
Reserva legal (5%)	-	-
Lucro líquido do exercício ajustado	**24.208**	**21.964**
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	6.052	5.491
Reserva de retenção de lucros	18.156	16.473

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2021	**52.305**
Constituição reserva de lucros	18.156
Dividendos adicionais a distribuir	(11.745)
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2022	**58.716**

c. Dividendos: Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores sejam distribuídos, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia pagou o valor de R$6.400, referente a dividendos declarados em exercícios anteriores. Conforme a ata da 13ª AGO e 28ª AGE, a Companhia aprovou em observância ao artigo 199, da Lei nº. 6.404/1976, a distribuição de dividendos adicionais no valor de R$ 11.745, a ser descontado da Reserva de Lucros. O pagamento destes dividendos adicionais, caso aprovado na AGO, deverá ocorrer tão logo a situação financeira da Companhia permita, desde que a TSP esteja adimplente quanto ao cumprimento das obrigações previstas na Escritura de Emissão de Debêntures, bem como esteja cumprindo o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD correspondente. correspondente. A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2021	**5.491**
Pagamento de dividendos	(5.491)
Dividendos adicionais propostos	11.745
Dividendos adicionais pagos	(909)
Dividendos mínimos obrigatórios	6.052
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2022	**16.888**

14 Resultado por ação	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	24.208	21.964
Quantidade de ações ordinárias ponderadas (em milhares)	73.800	73.800
Resultado por ação ordinária ponderada (em reais)	**0,3280**	**0,2976**

Não há efeitos de diluição no cálculo do resultado por ação.

15 Receita líquida	31/12/2022	31/12/2021
Receita de remuneração do ativo de contrato	36.066	35.281
Receita de operação	8.889	6.280
Receita bruta	**44.955**	**41.561**
(-) PIS e COFINS	(1.641)	(1.516)
(-) Encargos regulatórios	(1.110)	(940)
Receita líquida	**42.204**	**39.105**

16 Despesas gerais e administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Administradores	(299)	(221)
Material	(3)	(2)
Serviços de terceiros	(573)	(811)
Arrendamentos e aluguéis	(17)	(12)
Seguros	(21)	(20)
Tributos	(1)	(55)
Depreciação	(12)	(20)
Outras despesas e receitas operacionais	(31)	(282)
Total do custo de operação e manutenção	**(957)**	**(1.423)**

17 Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.187	817
Outras receitas financeiras	2	4
	2.189	**821**
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos e financiamentos	(7.439)	(5.253)
Atualizações monetárias	(6.291)	(5.892)
Outras despesas financeiras	(441)	(304)
	(14.171)	**(11.449)**
Total do resultado financeiro	**(11.982)**	**(10.628)**

18 Impostos e contribuições: a. Tributos diferidos

Natureza dos créditos	31/12/2022	31/12/2021
PIS diferido	1.425	1.317
COFINS diferido	6.578	6.078
IRPJ diferido	4.385	4.052
CSLL diferido	2.368	2.188
	14.756	**13.635**

b. PIS e COFINS - Dedução da receita	31/12/2022	31/12/2021
Receita anual permitida (RAP)	28.294	23.546
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto corrente no resultado	**(1.033)**	**(859)**
Receita de remuneração do ativo de contrato	36.066	35.281
Base de cálculo do imposto diferido	36.066	35.281
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(1.316)	(1.287)
Baixa de PIS/COFINS diferidos	708	630
Imposto diferido no resultado	**(608)**	**(657)**
PIS e COFINS dedução da receita	**(1.641)**	**(1.516)**

c. Imposto de renda e contribuição social	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	28.294	28.294	23.546	23.546
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	2.264	3.395	1.884	2.826
Receitas financeiras	2.189	2.189	820	820
Base de cálculo	4.453	5.584	2.704	3.646
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(668)	(503)	(406)	(328)
Adicional de 10% - IRPJ	(421)	-	(246)	-
Imposto corrente no resultado	**(1.089)**	**(503)**	**(652)**	**(328)**
Receita de remuneração do ativo de contrato	36.066	36.066	35.281	35.281
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	2.885	4.328	2.822	4.234
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(721)	(390)	(705)	(381)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	387	210	345	186
Imposto diferido no resultado	**(334)**	**(180)**	**(360)**	**(195)**
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	**(1.423)**	**(682)**	**(1.012)**	**(523)**

19 Custo de operação e manutenção	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(335)	(307)
Material	(266)	(2.002)
Serviços de terceiros	(2.984)	(2.347)
Arrendamentos e aluguéis	(55)	(38)
Seguros	(114)	(93)
Recuperação de custos	947	1.266
Outros custos de operação e manutenção	(145)	(34)
Total do custo de operação e manutenção	**(2.952)**	**(3.555)**

20 Instrumentos financeiros:

a. Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	6.134	1
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	8.133	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	3.395	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	219.259	
Outros créditos	Custo amortizado	565	
		237.486	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09
Debêntures	Custo amortizado	110.252
Fornecedores	Custo amortizado	964
Dividendos a pagar		16.888
Outras contas a pagar	Custo amortizado	1.996
		130.100

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	7.109	1
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	6.747	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	3.140	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	202.597	
Outros créditos	Custo amortizado	546	
		220.139	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09
Debêntures	Custo amortizado	111.562
Fornecedores	Custo amortizado	1.047
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.198
		114.807

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros: Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). A Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos. **c. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. ***(i) Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, a Companhia não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). ***(ii) Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade. ***(iii) Risco de mercado:*** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de câmbio, as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. • ***Riscos relacionados às aplicações financeiras:*** A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco. • ***Riscos relacionados à taxa de juros:*** Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (IPCA). **d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e da IPCA. Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (debêntures e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2022, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e IPCA, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco. Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,65	10,24	6,83
Aplicações financeiras		14.057	1.919	1.439	960
Impacto no resultado			-	(479)	(959)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA		5,92	7,40	8,88
Debêntures		110.252	6.527	8.159	9.790
Impacto no resultado			-	(1.632)	(3.263)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil – BACEN

21 Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores	30.000	30/04/2022 a 30/04/2023
Risco operacional	64.553	30/04/2022 a 30/04/2023
Responsabilidade civil geral	6.000	30/04/2022 a 30/04/2023

22 Meio ambiente: As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

José Mauro Martins Leone - Diretor-administrativo-financeiro; Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S - Leandro Borges Jordão - Contador - CRC GO-001605/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Transenergia São Paulo S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Transenergia São Paulo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transenergia São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado :* As demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Diretoria da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2023 . DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ; Diego Wailer da Silva - Contador - CRC nº 1 RS 074562/O-3.

Transenergia Renovável S.A.

CNPJ nº 10.553.895/0001-45

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Submetemos à devida apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. A Transenergia Renovável S/A reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, bem como agradece a colaboração de todos os seus Acionistas, dos Membros do Conselho de Administração, dos Funcionários e dos Fornecedores. **Conselho de Administração.**

1. HISTÓRICO: A Transenergia Renovável S/A, sociedade de propósito específico de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2008, celebrou, em 23 de abril de 2009, o Contrato de Concessão nº 009/2009, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão de Rede Básica, de Interesse Exclusivo de Geração (IEG) e de Interesse Compartilhado de Geração (ICG), relativos ao Lote C do Leilão nº. 008/2008 – ANEEL, sendo a concessão do primeiro pelo prazo de 30 (trinta) anos e as duas últimas, por 15 (quinze) anos. O Lote C está dividido em 03 (três) blocos, conforme abaixo assinalado, e tem previsão contratual de construção em até 18 (dezoito) meses, contados a partir da assinatura do referido contrato: • **Bloco 1:** trecho composto pela LT Chapadão–Jataí e pela LT Morro Vermelho–Alto Taquari; • **Bloco 2:** trecho composto pela LT Barra dos Coqueiros–Quirinópolis; • **Bloco 3:** trecho composto pela LT Palmeiras–Edeia. Através da Resolução nº 5.657, de 23 de fevereiro de 2016, o Poder Concedente autorizou a implantação do reforço nas instalações objeto da concessão outorgada a essa Companhia. Tal reforço refere-se à implantação do 2º Transformador Trifásico 230/138/13,8 kV 150 MVA e conexões na SE Edéia, cuja operação comercial definitiva se deu no dia 24 de abril de 2019. Quanto à estrutura societária, esta Companhia atualmente possui a seguinte composição acionária: Furnas Centrais Elétricas S/A ("Furnas") com 49,0% de participação e GEBBRAS Participações LTDA., com 51% de participação. **2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Dados Econômico-financeiros	2022	2021
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	60.648	67.630
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	54.351	61.490
Resultado Financeiro (R$ mil)	(10.959)	(13.901)
Lucro líquido do Exercício (R$ mil)	24.826	29.521
Ativo Total (R$ mil)	320.696	336.158
Dívida Bruta (R$ mil)	108.490	118.699
Dívida Líquida (R$ mil) (*)	86.395	98.288
Patrimônio Líquido (R$ mil)	182.609	185.361

* Dívida Líquida de disponibilidades e aplicações financeiras

3. ENDIVIDAMENTO	Taxa anual de juros	31/12/2022	31/12/2021
Itaú BBA	IPCA + 6,0405% a.a.	54.245	59.349
BTG Pactual	IPCA + 6,0405% a.a.	54.245	59.350
Total		108.490	118.699
Circulante		10.251	10.247
Não circulante		98.239	108.452

4. CAPITAL SOCIAL: O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022, é de R$ 158.600.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões e seiscentos mil reais), representado por 220.600.000 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição do capital social por acionistas era a seguinte:

	31/12/2022			31/12/2021		
Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
FURNAS Centrais Elétricas S.A.	108.094.000	49	77.714	108.094.000	49	77.714
GEBBRAS Participações Ltda.	112.506.000	51	80.886	112.506.000	51	80.886
Total	**220.600.000**	**100**	**158.600**	**220.600.000**	**100**	**158.600**

5. AUDITORES INDEPENDENTES: Nos termos da Instrução CVM nº. 308/99, destacamos que a Companhia mantém contrato de auditoria externa com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis e em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.631	9.030
Concessionárias e permissionárias	6	8.170	7.929
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	58.767	52.838
Outros créditos		380	373
Total do ativo circulante		**75.948**	**70.170**
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	5	13.464	11.381
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	230.555	253.851
Cauções e depósitos restritos		457	461
Imobilizado		272	295
Total do ativo não circulante		**244.748**	**265.988**
Total do ativo		**320.696**	**336.158**
Passivo	**Nota explicativa**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Passivo circulante			
Fornecedores	9	334	441
Debêntures	10	10.251	10.247
Impostos correntes a pagar		1.104	1.101
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	5.689	7.011
Outras contas a pagar	11	2.999	2.905
Total do passivo circulante		**20.377**	**21.705**
Passivo não circulante			
Debêntures	10	98.239	108.452
Tributos diferidos	18.a	19.471	20.640
Total do passivo não circulante		**117.710**	**129.092**
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	158.600	158.600
Reserva de lucros		24.009	26.761
Total do patrimônio líquido		**182.609**	**185.361**
Total do passivo e patrimônio líquido		**320.696**	**336.158**

Demonstrações do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)*

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Receita líquida	15	54.351	61.490
Custos de operação e manutenção	19	(11.953)	(10.524)
Lucro bruto		**42.398**	**50.966**
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração do pessoal		(274)	(305)
Remuneração dos administradores	8.a	(825)	(597)
Serviços de terceiros		(2.007)	(1.425)
Outras receitas e despesas operacionais		(358)	(2.653)
Total das despesas gerais e administrativas	16	**(3.464)**	**(4.980)**
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		**38.934**	**45.986**
Receitas financeiras		3.840	1.491
Despesas financeiras		(14.799)	(15.392)
Resultado financeiro líquido	17	**(10.959)**	**(13.901)**
Lucro antes dos impostos		**27.975**	**32.085**
Imposto de renda e contribuição social	18.c	(3.149)	(2.564)
Lucro líquido do exercício		**24.826**	**29.521**
Resultado por ação–em reais	14	**0,1125**	**0,1338**

Demonstrações do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	24.826	29.521
Total do resultado abrangente do exercício	**24.826**	**29.521**

Demonstrações dos fluxos de caixa–Método indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		24.826	29.521
Ajustes em:			
PIS e COFINS Diferidos	18.b	(634)	(117)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.c	(535)	(98)
Remuneração do ativo de contrato	7	(40.522)	(49.458)
Juros sobre empréstimos		–	4.365
Juros, variação monetária e custo de transação sobre debêntures	10.a	14.560	10.783
Depreciação		43	64
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	57.889	52.654
Concessionárias e permissionárias		(241)	87
Outros créditos e outros ativos		(3)	152
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(107)	(574)
Impostos correntes a pagar		3.000	2.321
Outras contas a pagar		94	(880)
Pagamento de debêntures–juros	10.a	(7.366)	(7.983)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.997)	(2.236)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**48.007**	**38.601**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(2.083)	(6.553)
Aquisição de imobilizado		(20)	(20)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		**(2.103)**	**(6.573)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	13.c	(28.900)	(216)
Redução de capital	13.a	–	(62.000)
Captação de debêntures	10	–	119.642
Pagamento de debêntures–principal	10.a	(17.403)	(99.082)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(46.303)**	**(41.656)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(399)**	**(9.628)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	9.030	18.658
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	8.631	9.030
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(399)**	**(9.628)**

Demonstrações do valor adicionado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas		
Receitas relativas à operação e manutenção	20.126	18.172
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	40.522	49.458
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(13.789)	(14.020)
Valor adicionado bruto	**46.859**	**53.610**
Depreciação e amortização	(43)	(64)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**46.816**	**53.546**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.840	1.491
Valor adicionado total a distribuir	**50.656**	**55.037**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**1.452**	**1.231**
Remunerações	359	376
Férias e 13º Salário	92	81
Encargos sociais (Exceto INSS)	33	38
Benefícios	143	139
Administradores	825	597
Impostos, taxas e contribuições	**9.580**	**8.893**
INSS (Sobre folha de pagamento)	114	120
ICMS	13	58
PIS/COFINS s/faturamento	2.214	2.468
Tributos sobre o lucro	3.149	2.564
Obrigações intrassetoriais	4.083	3.672
Outros	7	11
Remuneração de capitais de terceiros	**14.798**	**15.392**
Encargos de dívida e variação monetária	14.332	15.052
Outras	466	340
Remuneração de capitais próprios	**24.826**	**29.521**
Lucro retido do exercício	18.930	22.510
Dividendos	5.896	7.011
Valor adicionado distribuído	**50.656**	**55.037**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas explicativas	Capital social	Reservas: Reserva legal	Reservas: Reserva de retenção de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**220.600**	**3.603**	**648**	**–**	**224.851**
Redução de capital	13	(62.000)	–	–	–	(62.000)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	29.521	29.521
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal		–	1.476	–	(1.476)	–
Dividendo mínimo obrigatório por ação		–	–	–	(7.011)	(7.011)
Constituição da reserva de retenção de lucros		–	–	21.034	(21.034)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13	**158.600**	**5.079**	**21.682**	**–**	**185.361**
Distribuição de dividendos		–	–	(21.682)	(207)	(21.889)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	24.826	24.826
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal		–	1.241	–	(1.241)	–
Dividendo mínimo obrigatório por ação		–	–	–	(5.689)	(5.689)
Constituição da reserva de retenção de lucros		–	–	17.689	(17.689)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13	**158.600**	**6.320**	**17.689**	**–**	**182.609**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Transenergia Renovável S.A. ("TER" ou "Companhia"), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 18 de dezembro de 2008 sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo consórcio Transenergia Renovável, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. (49%) e Gebbras Participações Ltda. (51%), vencedor do Lote C do Leilão nº 008/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão e subestações localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com o objetivo de escoar a energia excedente dos processos de cogeração de sete usinas de açúcar e álcool presentes na região. **1.2 Da concessão:** No dia 23 de abril de 2009, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2009–Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, que se encontram em operação e estão distribuídas em áreas dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: (i) LT 230 kV CD Chapadão–Jataí e LT Morro Vermelho–Alto Taquari, localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. (ii) LT 230 kV CS Barra dos Coqueiros–Quirinópolis, localizada no Estado de Goiás. (iii) LT 230 kV CS Palmeiras–Edeia, localizada no Estado de Goiás. (iv) Implantação e ampliação das subestações associadas, localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. (v) Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo das Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e Instalações de Interesse Exclusivo e Caráter Individual das Centrais de Geração (IEG), referentes à LT Chapadão–Jataí; à LT Morro Vermelho–Alto Taquari; e à LT Edeia–Tropical Bioenergia I. As instalações acima entraram em operação comercial nas seguintes datas: LT Chapadão – Jataí entrou em operação em dezembro de 2012, LT Morro Vermelho – Alto Taquari entrou em operação em março de 2013, LT Barra dos Coqueiros – Quirinópolis entrou em operação em abril de 2011 e a LT Palmeiras – Edéia entrou em operação parcial em fevereiro de 2012 e total em maio de 2013. Os equipamentos e as instalações relativos a ICG e IEG deverão ser transferidos em 1º de julho de 2025, sem ônus, à concessionária de distribuição local, exceto os transformadores integrantes das ICG e suas conexões. Após a transferência dos ativos ICG e IEG, a Companhia deverá assinar o Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) relativos aos pontos de conexão com a rede básica com a concessionária de distribuição em substituição aos CCTs pactuados entre a Companhia e as centrais de geração. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.067/2022, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2022-2023, é de R$80.929, incluindo os impostos reembolsáveis. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão. A Companhia adota como procedimento contábil o reconhecimento dos impactos de reajuste tarifário quando eles são homologados pela Resolução emitida pelo poder concedente. O recebimento da RAP referente a ICG e IEG encerra-se em junho de 2025 e, a partir dessa data, os valores considerados nos fluxos de caixa futuros serão reduzidos em 69%, consequentemente a RAP representaria R$25.088 do total atualmente faturado. Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Reserva Geral de Reversão (RGR)–Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional. • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)–Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Pesquisa & Desenvolvimento do Setor Elétrico (P&D)–Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. Conforme previsto no contrato de concessão, o atraso na construção das linhas de transmissão incorrido por ocorrências não imputáveis à transmissora não resulta em penalidades por parte das autoridades reguladoras à concessionária. Nesse sentido, a Companhia formalizou o pleito de alteração do cronograma de implantação do empreendimento, por entender que o atraso no término das obras se deu por situações não imputáveis à transmissora. Por meio do Despacho nº. 1.355/2021, a ANEEL decidiu por dar parcial provimento ao requerimento protocolado pela Companhia, aprovando a recomposição do prazo de concessão em 399 (trezentos e noventa e nove) dias. Em razão da referida decisão, foi celebrado o 5° Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 009/2009, que alterou para 26 de maio de 2040 a data do término da concessão. A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto deste contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração estima que o valor de indenização é de R$40.043, valor este correspondente a estimativa do valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõe os arts. 6º e 11° da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2022, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. **2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 26 de janeiro de 2023. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: ***(i) Contabilização de contratos de concessão:*** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. ***(ii) Reconhecimento do ativo de contrato:*** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada, vide nota explicativa 1.2. ***(iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato:*** A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 7,05% a.a. **3 Principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras: **a. Receita operacional:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: • **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado pelo regime de competência. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. • **Receita de remuneração ativo de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. • **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **b. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(i) Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. *Custo amortizado:* São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Caixa e bancos", "Contas a receber (ativo de contrato)", "Concessionárias e permissionárias" e "Outros créditos". *Valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Aplicações financeiras". ***(ii) Passivos financeiros:*** Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2022, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam "Outras contas a pagar", "Fornecedores", "Debêntures", "Dividendos" e "Obrigações Estimadas". **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. **d. Concessionárias e permissionárias:** Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede básica (RBL), Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo e Caráter Individual das Centrais de Geração (IEG) e Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo das Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG). **e. Ativo de contrato:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47–Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. **f. Demais ativos circulante e não circulante:** São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas. **g. Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente. **h. Impostos e contribuições:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%. Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. **i. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment'):** A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **j. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). **k. Resultado por ação:** O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia. **l. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"):** A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros. **m. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base

Transenergia Renovável S.A.

CNPJ nº 10.553.895/0001-45

riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.1 Normas e interpretações novas e revisadas: Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2022:** No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board–IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis–CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1)/ IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado–Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos–Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao CPC 37 (R1)/ IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2)/ IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	3	3
Bancos	414	245
Aplicações financeiras	8.214	8.782
Total	**8.631**	**9.030**

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itaú	CDB DI	98% CDI	8.214	8.782
Total			**8.214**	**8.782**

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 20. **5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito):** Refere-se à aplicação restrita para as debêntures, o banco depositário fará mensalmente a transferência para a conta reserva do valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação do serviço da dívida, até que os montantes nela depositados correspondam ao valor do pagamento da próxima parcela de amortização do valor atualizado, acrescido da remuneração. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itaú	Fundo TOP REF DI	117,86% CDI (*)	13.464	11.381
			13.464	**11.381**

(*) Rentabilidade relativa ao benchmark dos últimos 12 meses. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 20. **6 Concessionárias e permissionárias:** Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	8.170	7.929
Total	**8.170**	**7.929**

7 Contas a receber (Ativo de contrato)

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2020	Atualização/ remuneração do ativo contrato (+)	Realização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2021
Ativo de contrato	**309.885**	**49.458**	**(52.654)**	**306.689**
Circulante	48.675			52.838
Não circulante	261.210			253.851

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2021	Atualização/ remuneração do ativo contrato (+)	Realização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022
Ativo de contrato	**306.689**	**40.522**	**(57.889)**	**289.322**
Circulante	52.838			58.767
Não circulante	253.851			230.555

O ativo de contrato refere-se à prestação de serviços de construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão e estão classificadas como custo amortizado. **8 Transações com partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, as outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1)–Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir: **a. Remuneração dos administradores:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração dos administradores, totalizou R$825 (R$597 em 2021), sendo registrada como despesas administrativas no resultado.

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(673)	(484)
Encargos e benefícios	(152)	(113)
Total	**(825)**	**(597)**

b. Dividendos a pagar	31/12/2022	31/12/2021
Furnas Centrais Elétricas	2.788	3.435
Gebbras Participações	2.901	3.576
Total	**5.689**	**7.011**

10 Fornecedores	31/12/2022	31/12/2021
STK Sistemas	50	50
Buriti Serviços	57	30
Buriti Segurança	76	39
André Luiz da Silva	-	20
Outros	151	302
Total	**334**	**441**

9 Debêntures: A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples em 05 de julho de 2021, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R$123.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento em 15 de junho de 2033. Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 3.664 de 23 de dezembro de 2020, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) distribuição de dividendos aos Acionistas.

a. Composição	Taxa anual de juros	31/12/2022	31/12/2021
Itaú BBA	IPCA + 6,0405% a.a.	54.245	59.349
BTG Pactual	IPCA + 6,0405% a.a.	54.245	59.350
Total		**108.490**	**118.699**
Circulante		10.251	10.247
Não circulante		98.239	108.452

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Captação	119.642
Provisão de juros	4.203
Variação monetária	6.440
Juros pagos	(3.299)
Amortização de principal	(8.425)
Apropriação custos de transação	138
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**118.699**
Provisão de juros	7.712
Variação monetária	6.568
Apropriação custos de transação	280
(-) Amortização de principal	(17.403)
(-) Pagamento de juros	(7.366)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**108.490**

b. Garantias: A Companhia, através do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças", cedeu e transferiu fiduciariamente, em garantia aos Debenturistas, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 009/2009–ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 013/2009 firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). As intervenientes Furnas e Gebbras alienaram e transferiram fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade. **c. Covenants:** O contrato contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento em relação a determinadas informações financeiras, manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos debenturistas. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos debenturistas, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e ambientais. De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias. Caso o ICSD mínimo fique no intervalor de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento mediante depósito em conta vinculada, do valor necessário ao atingimento do ICSD mínimo, o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD mínimo, de forma que sejam considerados em seu cálculo os valores depositados na conta de complementação do ICSD. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está em conformidade com a referida cláusula de *covenants*.

11 Outras contas a pagar	31/12/2022	31/12/2021
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	649	390
RGR	249	158
Taxa de fiscalização	1.242	1.209
Antecipação Aviso de Crédito	49	717
Outros	810	431
Total	**2.999**	**2.905**

12 Provisões para riscos: A Companhia está envolvida em processos cíveis e fiscais, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

	31/12/2022			31/12/2021		
Risco	**Cível**	**Fiscal**	**Total**	**Cível**	**Fiscal**	**Total**
Possível (a)	3.438	2.059	5.497	1.875	1.986	3.861
	3.438	**2.059**	**5.497**	**1.875**	**1.986**	**3.861**

a. Processos possíveis: compõem-se basicamente de um processo de R$2.794, movido pelo IBAMA, que alega que a Companhia deixou de atender condicionantes da licença de operação, um processo R$2.059 que requer o pagamento adicional de ICMS de substituição tributária sobre entradas de material elétrico no Estado de Goiás e processos de instituição de servidões no montante de R$644 . **13 Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 158.600, representado por 220.600.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2022			31/12/2021		
Acionistas	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**
FURNAS Centrais Elétricas S.A.	108.094.000	49	77.714	108.094.000	49	77.714
GEBBRAS Participações Ltda.	112.506.000	51	80.886	112.506.000	51	80.886
Total	**220.600.000**	**100**	**158.600**	**220.600.000**	**100**	**158.600**

No dia 04 de outubro de 2021 a Companhia efetuou a redução de capital e a devolução para os Acionistas no montante de R$ 62.000, de acordo com a Ata da 30ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 24 de agosto de 2021. **b. Reserva de lucros:** A reserva de lucros está composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definido no estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária–AGO.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	24.826	29.521
Reserva legal (5%)	(1.241)	(1.476)
Lucro líquido do exercício ajustado	**23.585**	**28.045**
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	5.689	7.011
Reserva de retenção de lucros	17.689	21.034

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2021	**26.761**
Constituição da reserva de retenção de lucros	18.930
Distribuição de dividendos	(21.682)
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2022	**24.009**

c. Dividendos: Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é de que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuído, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia pagou o valor de R$ 28.900, referente a dividendos de exercícios anteriores. A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2021	**7.011**
Distribuição de dividendos	(28.900)
Dividendos adicionais reserva de retenção de lucros	21.682
Dividendos mínimos obrigatórios	5.896
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2022	**5.689**

14 Resultado por ação	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	24.826	29.521
Quantidade de ações ordinárias ponderadas	220.600	220.600
Resultado por ação ordinária ponderada	**0,1125**	**0,1338**

Não há efeitos de diluição no cálculo do resultado por ação.

15 Receita líquida	31/12/2022	31/12/2021
Receita de remuneração do ativo de contrato	40.522	49.458
Receita de operação	20.126	18.172
Receita bruta	**60.648**	**67.630**
(-) PIS e COFINS	(2.214)	(2.468)
(-) Encargos regulatórios	(4.083)	(3.672)
Receita líquida	**54.351**	**61.490**

16 Despesas gerais e administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(274)	(305)
Administradores	(825)	(597)
Material	(6)	(4)
Serviços de terceiros	(2.007)	(1.425)
Arrendamentos e aluguéis	(74)	(61)
Seguros	(33)	(35)
Tributos	(1)	(63)
Depreciação	(43)	(64)
Outras despesas e receitas operacionais	(201)	(2.426)
Total do custo de operação e manutenção	**(3.464)**	**(4.980)**

17 Resultado Financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	3.818	1.473
Outras receitas financeiras	22	18
	3.840	**1.491**
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos e financiamentos e debêntures	(7.712)	(8.568)
Atualizações monetárias	(6.621)	(6.484)
Outras despesas financeiras	(466)	(340)
	(14.799)	**(15.392)**
Total do resultado financeiro	**(10.959)**	**(13.901)**

18 Impostos e contribuições: a. Tributos diferidos

Natureza dos tributos	31/12/2022	31/12/2021
PIS diferido	1.881	1.993
COFINS diferido	8.680	9.201
IRPJ diferido	5.786	6.134
CSLL diferido	3.124	3.312
	19.471	**20.640**

b. PIS e COFINS–Deduções da receita	31/12/2022	31/12/2021
Receita anual permitida (RAP)	78.015	70.827
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto corrente no resultado	**(2.848)**	**(2.585)**
Receita de remuneração do ativo de contrato	40.522	49.458
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(1.479)	(1.805)
Baixa de PIS/COFINS diferidos	2.113	1.922
Imposto diferido no resultado	**634**	**117**
PIS e COFINS dedução da receita	**(2.214)**	**(2.468)**

c. Imposto de renda e contribuição social	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Receita Anual Permitida (RAP)	78.015	78.015	70.827	70.827
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	6.241	9.362	5.666	8.499
Receitas financeiras	3.837	3.837	1.485	1.485
Base de cálculo	10.078	13.199	7.151	9.984
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(1.512)	(1.188)	(1.073)	(899)
Adicional de 10%–IRPJ	(984)	-	(691)	-
Imposto corrente no resultado	**(2.496)**	**(1.188)**	**(1.764)**	**(899)**
Receita de remuneração do ativo de contrato	40.522	40.522	49.458	49.458
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	3.242	4.863	3.957	5.935
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(810)	(438)	(989)	(534)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	1.158	625	1.053	569
Imposto diferido no resultado	**348**	**187**	**64**	**35**
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	**(2.148)**	**(1.001)**	**(1.700)**	**(864)**

19 Custo de operação e manutenção	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(467)	(449)
Material	(189)	(472)
Serviços de terceiros	(10.457)	(9.420)
Arrendamentos e aluguéis	(134)	(169)
Seguros	(120)	(104)
Recuperação de custos	400	470
Outros custos de operação e manutenção	(986)	(380)
Total do custo de operação e manutenção	**(11.953)**	**(10.524)**

20 Instrumentos financeiros: a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	8.631	1
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	13.464	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	8.170	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	289.322	
Outros créditos	Custo amortizado	347	
		319.934	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Nível valor justo
Debêntures	Custo amortizado	108.490	
Fornecedores	Custo amortizado	334	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	5.689	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.937	
		117.450	

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	9.030	1
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	11.381	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	7.929	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	306.689	
Outros créditos	Custo amortizado	340	
		335.369	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Nível valor justo
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	118.699	
Fornecedores	Custo amortizado	441	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.832	
		121.972	

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros: Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1–preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2–"inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3–premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). A Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos. **c. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. ***(i) Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). ***(ii) Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade. ***(iii) Risco de mercado:*** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. *Riscos relacionados às aplicações financeiras:* A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco. *Riscos relacionados à taxa de juros:* Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (IPCA). **d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e da IPCA. Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (debêntures e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2022, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e IPCA, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco. Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,65	10,24	6,83
Aplicações financeiras		21.678	2.959	2.220	1.481
Impacto no resultado			-	(739)	(1.478)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil – BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA		5,92	7,40	8,88
Debêntures		108.490	6.423	8.028	9.634
Impacto no resultado			-	(1.606)	(3.211)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil–BACEN. **21 Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores	30.000	30/04/2022 a 30/04/2023
Risco operacional	39.325	30/04/2022 a 30/04/2023
Responsabilidade civil geral	6.000	30/04/2022 a 30/04/2023

22 Questões ambientais; As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis–IBAMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

José Mauro Martins Leone - Diretor-presidente Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S Leandro Borges Jordão - Contador - CRC GO-001605/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Transenergia Renovável S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Transenergia Renovável S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transenergia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Diretoria da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2023.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ; Diego Wailer da Silva - Contador - CRC nº 1 RS 074562/O-3.

MGE TRANSMISSÃO S/A

CNPJ: 11.638.929/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: CARTA DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Submetemos à devida apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. A MGE Transmissão S/A reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, bem como agradece a colaboração de todos os seus Acionistas, dos Membros do Conselho de Administração, dos Funcionários e dos Fornecedores. **Conselho de Administração: 1. HISTÓRICO:** A MGE Transmissão S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, e seus propósitos são específicos (SPE), desde 03 de fevereiro de 2010, cuja atividade operacional concentra-se na transmissão de energia elétrica e atualmente possui instalações na Região Sudeste. Sua atividade é regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica–ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia–MME. Através da Resolução nº 7.577, de 22 de janeiro de 2019, o Poder Concedente autorizou a implantação do reforço nas instalações objeto da concessão outorgada a essa Companhia. Tal reforço refere-se à Relocação de Banco de Reatores de Linha -136 MVAr (3+1x45.33) para a barra da SE Viana 2 e à implantação do 2º banco de autotransformadores 500/345 kv da SE Viana 2. A operação definitiva do 2° Banco foi iniciada em 22 de janeiro de 2021. Em razão de fatores externos, a conclusão da realocação do ocorreu de 6 de junho de 2021, sem a incidência multa e/ou descordo (Parcela Variável por Atraso – PVA), conforme Despacho ANEEL nº. 3075, de 30 de setembro de 2021. Quanto à estrutura societária, esta Companhia atualmente possui a seguinte composição acionária: Furnas Centrais Elétricas S/A ("Furnas") com 49,0% de participação e GEBBRAS Participações LTDA., com 51% de participação. **2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Dados Econômico-financeiros	2022	2021
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	105.673	114.469
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	99.236	108.528
Resultado Financeiro (R$ mil)	(7.031)	(9.251)
Lucro/(Prejuízo) líquido do Exercício (R$ mil)	76.765	76.061
Ativo Total (R$ mil)	531.501	483.752
Dívida Bruta (R$ mil)	87.235	97.351
Dívida Líquida (R$ mil) (*)	73.262	88.281
Patrimônio Líquido (R$ mil)	384.802	326.269

* Dívida Líquida de disponibilidades e aplicações financeiras

3. ENDIVIDAMENTO	Taxa anual de juros	31/12/2022	31/12/2021
BNDES Subcrédito A	TJLP + 2,03% a.a.	36.462	45.045
BNDES Subcrédito B	TJLP + 1,63% a.a.	6.445	7.962
BNDES Subcrédito C	TJLP	215	266
Capital de Giro – Banco Itaú	9,64% a.a.	2	32
BNDES Subcrédito A	IPCA + 3,67% a.a.	21.782	21.932
BNDES Subcrédito B	IPCA + 3,67% a.a.	22.329	22.114
Total		87.235	97.351
Circulante		13.603	13.349
Não circulante		73.632	84.002

4. CAPITAL SOCIAL: O capital social autorizado é de R$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais). O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 278.231.800,00 (duzentos e setenta e oito milhões duzentos e trinta e um mil e oitocentos reais), representado por 278.231.800 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição do capital social por acionistas era a seguinte:

	31/12/2022			31/12/2021		
Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Furnas Centrais Elétricas S.A.	136.333.582	49	136.334	136.333.582	49	136.334
Gebbras Participações Ltda.	141.898.218	51	141.898	141.898.218	51	141.898
Total	**278.231.800**	**100**	**278.232**	**278.231.800**	**100**	**278.232**

5. Auditores Independentes: Nos termos da Instrução CVM nº. 308/99, destacamos que a Companhia mantém contrato de auditoria externa com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis e em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.039	4.174
Concessionárias e permissionárias	6	6.912	5.518
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	44.293	39.642
Outros créditos		1.892	138
Total do ativo circulante		**62.136**	**49.472**
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	5	4.934	4.896
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	463.520	428.419
Depósitos judiciais		623	623
Imobilizado		288	342
Total do ativo não circulante		**469.365**	**434.280**
Total do ativo		**531.501**	**483.752**
Passivo	**Nota explicativa**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Passivo circulante			
Fornecedores	9	1.673	1.476
Empréstimos e financiamentos	10	13.603	13.349
Impostos correntes a pagar		1.587	853
Dividendos a pagar	13.b	19.656	21.424
Outras contas a pagar	11	2.101	4.441
Total do passivo circulante		**38.620**	**41.543**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	73.632	84.002
Tributos diferidos	18.a	34.176	31.501
Provisão para riscos	12.a	271	437
Total do passivo não circulante		**108.079**	**115.940**
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	278.232	278.232
Reserva de lucros		106.570	48.037
Total do patrimônio líquido		**384.802**	**326.269**
Total do patrimônio líquido e total do passivo		**531.501**	**483.752**

Demonstrações do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)*

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Receita líquida	15	99.236	108.528
Custo de construção	19.a	–	(7.002)
Custo de operação e manutenção	19.b	(9.933)	(10.554)
Lucro bruto		**89.303**	**90.972**
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração do pessoal		(313)	(240)
Remuneração dos administradores	8.a	(484)	(403)
Serviços de terceiros		(682)	(924)
Outras receitas e despesas operacionais		(263)	(400)
Total das despesas gerais e administrativas	16	**(1.742)**	**(1.967)**
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		**87.561**	**89.005**
Receitas financeiras	17	1.616	614
Despesas financeiras	17	(8.647)	(9.865)
Resultado financeiro líquido		**(7.031)**	**(9.251)**
Lucro antes dos impostos		**80.530**	**79.754**
Imposto de renda e contribuição social	18.c	(3.765)	(3.693)
Lucro líquido do exercício		**76.765**	**76.061**
Resultado por ação–em reais	14	**0,2759**	**0,2734**

Demonstrações do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	76.765	76.061
Total do resultado abrangente do exercício	**76.765**	**76.061**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa–Método Indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		76.765	76.061
Ajustes lucro:			
PIS e COFINS diferidos	18.b	1.451	2.566
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.c	1.224	2.165
Depreciação		63	62
Remuneração do ativo de contrato	7	(83.305)	(98.395)
Receita de construção	7	–	(7.267)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10.a	8.376	9.732
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber (Ativo de contrato)		43.553	35.367
Concessionárias e permissionárias		(1.394)	(1.484)
Outros créditos e outros ativos		(1.754)	(182)
Provisão para riscos		(165)	–
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		197	(1.234)
Impostos correntes a pagar		2.436	1.053
Outras contas a pagar		(2.341)	(3.326)
Juros pagos	10.a	(5.425)	(4.696)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.702)	(1.185)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**37.979**	**9.237**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(38)	(1.208)
Aquisição de imobilizado		(9)	2
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		**(47)**	**(1.206)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos–principal	10.a	(13.067)	(11.653)
Dividendos pagos	13.c	(20.000)	(5.000)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento		**(33.067)**	**(16.653)**
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**4.865**	**(8.622)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	4.174	12.796
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	9.039	4.174
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**4.865**	**(8.622)**

Demonstrações do valor adicionado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas		
Receitas relativas à operação e manutenção	22.368	8.807
Receitas relativas à construção	–	7.267
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	83.305	98.395
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros–referente à construção	–	(7.002)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(9.638)	(10.938)
Valor adicionado bruto	**96.035**	**96.529**
Depreciação e amortização	(63)	(62)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**95.972**	**96.467**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.616	614
Valor adicionado total a distribuir	**97.588**	**97.081**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**1.544**	**1.153**
Remunerações	577	403
Férias e 13º Salário	143	89
Encargos sociais (Exceto INSS)	60	39
Benefícios	280	219
Administradores	484	403
Impostos, taxas e contribuições	**10.632**	**10.002**
INSS (Sobre folha de pagamento)	189	133
ICMS	70	117
PIS/COFINS s/faturamento	3.849	4.178
Tributos sobre o lucro	3.765	3.693
Obrigações intrassetoriais	2.588	1.763
Outros	171	118
Remuneração de capitais de terceiros	**8.647**	**9.865**
Encargos de dívida e variação monetária	8.538	9.759
Outras	109	106
Remuneração de capitais próprios	**76.765**	**76.061**
Lucro retido do exercício	58.533	61.099
Dividendos	18.232	14.962
Valor adicionado distribuído	**97.588**	**97.081**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas explicativas	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**278.232**	**–**	**–**	**(13.062)**	**265.170**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	76.061	76.061
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		–	3.150	–	(3.150)	–
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		–	–	–	(14.962)	(14.962)
Constituição reserva de retenção de lucros		–	–	44.887	(44.887)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13	**278.232**	**3.150**	**44.887**	**–**	**326.269**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	76.765	76.765
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		–	3.838	–	(3.838)	–
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		–	–	–	(18.232)	(18.232)
Constituição reserva de retenção de lucros		–	–	54.695	(54.695)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13	**278.232**	**6.988**	**99.582**	**–**	**384.802**

Notas explicativas às demonstrações financeiras ***(Em milhares de Reais):*** **1 Informações gerais: 1.1 Contexto operacional:** A MGE Transmissão S.A. ("MGE" ou "Companhia"), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo consórcio MGE atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. (49%) e Gebbras Participações Ltda. (51%), vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009 para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 008/2010. Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção de linhas de transmissão localizados nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. **1.2 Da concessão:** No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 008/2010–Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão: (i) LT 500 kV, CS SE Mesquita–SE Viana 2. (ii) LT 345 kV CD SE Viana 2–SE Viana. (iii) Subestação Viana 2 em 500/345 kV. (iv) Entradas de linha, interligação de barras, autotransformador, reatores de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações acima entraram em operação comercial em julho de 2014. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à Transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a Resolução Homologatória nº 3.067/2022, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2022-2023, é de R$64.237, incluindo os impostos reembolsáveis. A Companhia apresentou recurso junto à ANEEL, solicitando a retificação das receitas anuais permitidas, estabelecidas para o ciclo 2021-2022, tendo em vista a aplicação de desconto considerado indevido pela MGE para o período compreendido de fevereiro a maio de 2021, no que tange à receita percebida pela MGE a título de RBNIA e retroativo RBNIA, cujo montante foi considerado na parcela de ajuste constante do Anexo VI da referida resolução, bem como por não ter sido incluída a RAP concernente ao reforço do 2º banco de autotransformadores implantando na SE Viana 2, outorgado por meio da Resolução Autorizativa nº. 7.577/2019, cuja operação comercial foi iniciada em janeiro de 2021. Por meio do Despacho nº. 1.425/2022, publicado no D.O.U. no dia 7 de junho de 2022, a ANEEL deferiu o pleito apresentado pela MGE. As alterações relativas ao montante da receita da Companhia foram implementadas no ciclo de 2022/2023, com o correspondente reajuste nos valores. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão. A Companhia adota como procedimento contábil o reconhecimento dos impactos do reajuste tarifário quando eles são homologados pela resolução do poder concedente. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade desta, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida. Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: Reserva Geral de Reversão (RGR)–Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional. Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)–Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)–Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração estima que o valor de indenização é de R$127.393, valor este correspondente a estimativa de valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os artigos 6 e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2022, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. **2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 26 de janeiro de 2023. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: ***(i) Contabilização de contratos de concessão:*** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. ***(ii) Reconhecimento do ativo de contrato:*** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada, vide nota explicativa 1.2. ***(iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato:*** A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 6,59% a.a. **3 Principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras: **a. Receita operacional:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado pelo regime de competência. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. Receita de remuneração ativo de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **b. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(i) Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. *Custo amortizado:* São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Caixa e bancos", "Contas a receber (ativo de contrato)", "Concessionárias e permissionárias" e "Outros créditos". *Valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Aplicações financeiras". ***(ii) Passivos financeiros:*** Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2022, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam "Outras contas a pagar", "Fornecedores", "Empréstimos e financiamentos", "Dividendos" e "Obrigações Estimadas". **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. **d. Concessionárias e permissionárias:** Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede básica (RBL). **e. Ativo de contrato:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47–Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. **f. Despesas antecipadas:** Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices. **g. Demais ativos circulante e não circulante:** São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas. **h. Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente. **i. Impostos e contribuições:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%. Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. **j. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment"):** A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **k. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). **l. Resultado por ação:** O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia. **m. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"):** A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros. **n. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09–Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remu-

MGE TRANSMISSÃO S/A

CNPJ: 11.638.929/0001-67

neração de capitais próprios. **3.1 Normas e interpretações novas e revisadas: Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2022:** No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board–IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis–CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1)/ IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado–Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos–Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao CPC 37 (R1)/ IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2)/ IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras. **Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis**

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	2.156	1.815
Aplicações financeiras	6.883	2.359
Total	**9.039**	**4.174**

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itaú	CDB-DI	98% CDI	6.883	2.359
Total			**6.883**	**2.359**

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 20. **5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito):** Referem-se à aplicação restrita para garantia do contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e corresponde a um multiplicador do valor da última prestação mensal paga do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itaú	Fundo de Investimento	97% CDI	4.934	4.896
Total			**4.934**	**4.896**

As aplicações financeiras estão avaliadas ao valor justo por meio do resultado. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 20. **6 Concessionárias e permissionárias:** Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	6.912	5.518
Total	**6.912**	**5.518**

7 Contas a receber (Ativo de contrato)

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2020	Remuneração pela construção do ativo de concessão (+)	Atualização/ remuneração do ativo contrato (+)	Realização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2021
Ativo de contrato	**397.766**	**7.267**	**98.395**	**(35.367)**	**468.061**
Circulante	27.456				39.642
Não circulante	370.310				428.419

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2021	Atualização/ remuneração do ativo contrato (+)	Realização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022
Ativo de contrato	**468.061**	**83.305**	**(43.553)**	**507.813**
Circulante	39.642			44.293
Não circulante	428.419			463.520

O ativo de contrato refere-se à prestação de serviços de construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão e estão classificadas como custo amortizado. **8 Transações com partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1)–Divulgação sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos exercícios reportados e seus efeitos estão descritos a seguir: **a. Prestação de serviços com Furnas Centrais Elétricas:** A Companhia possuía contrato de O&M com Furnas até dezembro de 2016, porém o serviço foi prestado até 05 de janeiro de 2017 e o saldo em aberto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R$475), refere-se à provisão do valor após o encerramento do contrato. **b. Remuneração dos administradores:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração dos administradores totalizou R$484 (R$403 em 2021), sendo registrada como despesas gerais e administrativas.

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(385)	(315)
Encargos e benefícios	(99)	(88)
Total	**(484)**	**(403)**

c. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor junto ao BNDES é de R$87.235 (R$97.351 em 31 de dezembro de 2021).

d. Dividendos a pagar	31/12/2022	31/12/2021
Furnas Centrais Elétricas	9.631	10.498
Gebbras Participações	10.025	10.926
Total	**19.656**	**21.424**

9 Fornecedores	31/12/2022	31/12/2021
Mapa Construtora	68	68
Schneider Electric	-	72
Furnas	497	363
Cotesa	-	344
Engelinhas	687	312
SVA Segurança	315	69
Outros	106	248
Total	**1.673**	**1.476**

11 Empréstimos e financiamentos: A Companhia celebrou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para a construção da ampliação da Subestação de Viana II, em 17 de julho de 2020, no montante de R$41.161, firmado através do contrato nº 20.9.0007.1, com incidência de encargos iguais a IPCA mais 3,67% a.a.

a. Composição	Taxa anual de juros	31/12/2022	31/12/2021
BNDES Subcrédito A	TJLP + 2,03% a.a.	36.462	45.045
BNDES Subcrédito B	TJLP + 1,63% a.a.	6.445	7.962
BNDES Subcrédito C	TJLP	215	266
Capital de Giro – Banco Itaú	9,64% a.a.	2	32
BNDES Subcrédito A	IPCA + 3,67% a.a.	21.782	21.932
BNDES Subcrédito B	IPCA + 3,67% a.a.	22.329	22.114
Total		**87.235**	**97.351**
Circulante		13.603	13.349
Não circulante		73.632	84.002

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**103.968**
Provisões de juros	9.732
Juros pagos	(4.696)
Amortização de principal	(11.653)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**97.351**
Provisões de juros	8.376
Juros pagos	(5.425)
Amortização de principal	(13.067)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**87.235**
b. Cronograma de pagamento não circulante	
2024	13.600
2025	13.600
2026 a 2027	46.432
Total	**73.632**

c. Garantias: Por força dos referidos contratos de financiamento, a Companhia cedeu fiduciariamente, por meio de "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças", a totalidade dos direitos creditórios de que era titular emergente do Contrato de Concessão nº 008/2010–ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL–Agência Nacional de Energia Elétrica, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 2010-012-03 MGE TRA: CCO-2010-012, firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). As intervenientes Furnas e Gebbras deram ao BNDES, em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade. **d. Covenants:** O contrato firmado com o BNDES contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento em relação a determinadas informações financeiras e índice de cobertura do capital próprio, manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, manutenção do patrimônio líquido em relação ao total de ativo em percentual igual ou superior a 30%, além de distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e operacionais. De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias anuais. Se o ICSD for de no mínimo 1,30 a Companhia precisará manter uma conta reserva de repasse de três vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida, e se o ICSD for inferior a 1,30 a Companhia deverá manter na conta reserva o montante equivalente a seis vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está em conformidade com a referida cláusula de *covenants*.

11 Outras contas a pagar	31/12/2022	31/12/2021
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	473	257
RGR	838	319
Taxa de fiscalização	530	460
Antecipação Aviso de Crédito	-	3.138
Outros	260	267
Total	**2.101**	**4.441**

12 Provisão para riscos: A Companhia está envolvida em processos cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

	31/12/2022			31/12/2021		
Risco	**Cível**	**Trabalhista**	**Total**	**Cível**	**Trabalhista**	**Total**
Provável (a)	271	-	271	437	-	437
Possível (b)	10.364	-	10.364	259	-	259
	10.635	**-**	**10.635**	**696**	**-**	**696**

a. Processos prováveis: Composto por processos de instituição de servidões no montante de R$271 (valor atualizado). **b. Processos possíveis:** compõe-se principalmente por processos de instituição de servidões no montante de R$10.086 (valor atualizado), sendo o valor remanescente pulverizado. **13 Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$278.232, representado por 278.231.800 ações ordinárias, sem valor nominal.

	31/12/2022			31/12/2021		
Acionistas	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**
Furnas Centrais Elétricas S.A.	136.333.582	49	136.334	136.333.582	49	136.334
Gebbras Participações Ltda.	141.898.218	51	141.898	141.898.218	51	141.898
Total	**278.231.800**	**100**	**278.232**	**278.231.800**	**100**	**278.232**

b. Reservas de lucros: A reserva de lucros está composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definido no estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	76.765	76.061
Absorção de prejuízos	-	(13.062)
Reserva legal (5%)	(3.838)	(3.150)
Lucro líquido do exercício ajustado	**72.927**	**59.849**
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	18.232	14.962
Reserva de retenção de lucros	54.695	44.887

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2021	**48.037**
Constituição reserva de lucros	58.533
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2022	**106.570**

c. Dividendos: Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuída, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou o pagamento de R$ 20.000, referente a dividendos de exercícios anteriores. A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2021	**21.424**
Pagamento de dividendos	(20.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	18.232
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2022	**19.656**

14 Resultado por ação	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	76.765	76.061
Quantidade de ações ordinárias ponderadas (em milhares)	278.232	278.232
Resultado por ação ordinária ponderada (em reais)	**0,2759**	**0,2734**

Não há efeitos de diluição no cálculo do resultado por ação.

15 Receita líquida	31/12/2022	31/12/2021
Receita de remuneração do ativo de contrato	83.305	98.395
Receita de construção	-	7.267
Receita de operação	22.368	8.807
Receita bruta	**105.673**	**114.469**
(-) PIS e COFINS	(3.849)	(4.178)
(-) Encargos regulatórios	(2.588)	(1.763)
Receita líquida	**99.236**	**108.528**

16 Despesas gerais e administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(313)	(240)
Administradores	(484)	(403)
Material	(4)	(30)
Serviços de terceiros	(685)	(924)
Arrendamentos e aluguéis	(51)	(43)
Seguros	(22)	(23)
Tributos	(3)	(139)
Depreciação	(63)	(62)
Outras despesas e receitas operacionais	(117)	(103)
Total do custo de operação e manutenção	**(1.742)**	**(1.967)**

17 Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.543	486
Outras receitas financeiras	73	128
	1.616	**614**
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos e financiamentos	(8.375)	(9.732)
Atualizações monetárias	(163)	(27)
Outras despesas financeiras	(109)	(106)
	(8.647)	**(9.865)**
Total do resultado financeiro	**(7.031)**	**(9.251)**

18 Impostos e contribuições: a. Tributos diferidos

Natureza dos tributos	31/12/2022	31/12/2021
PIS diferido	3.301	3.042
COFINS diferido	15.234	14.042
IRPJ diferido	10.156	9.362
CSLL diferido	5.485	5.055
	34.176	**31.501**

b. PIS e COFINS–Deduções da receita	31/12/2022	31/12/2021
Receita anual permitida (RAP)	65.697	44.173
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto corrente no resultado	**(2.398)**	**(1.612)**
Receita de remuneração e construção do ativo de contrato	83.305	105.662
Base de cálculo do imposto diferido	83.305	105.662
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(3.041)	(3.857)
Baixa de PIS/COFINS diferidos	1.590	1.291
Imposto diferido no resultado	**(1.451)**	**(2.566)**
PIS e COFINS dedução da receita	**(3.849)**	**(4.178)**

c. Imposto de renda e contribuição social	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Receita Anual Permitida (RAP)	65.697	65.697	44.173	44.173
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	5.256	7.884	3.534	5.301
Receitas financeiras	1.592	1.592	533	533
Outras receitas	-	-	31	31
Base de cálculo	6.848	9.476	4.098	5.865
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(1.027)	(853)	(615)	(528)
Adicional de 10%–IRPJ	(661)	-	(386)	-
Imposto corrente no resultado	**(1.688)**	**(853)**	**(1.001)**	**(528)**
Receita de remuneração e construção do ativo de contrato	83.305	83.305	105.662	105.662
Base de cálculo do imposto diferido	83.305	83.305	105.662	105.662
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	6.664	9.997	8.453	12.679
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(1.666)	(900)	(2.113)	(1.141)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	872	470	708	382
Imposto diferido no resultado	**(794)**	**(430)**	**(1.405)**	**(759)**
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	**(2.482)**	**(1.283)**	**(2.406)**	**(1.287)**

19 Custos: a. Custos de construção: Referem-se a implantação de reforços em instalações de transmissão de sua responsabilidade, referente a Relocação de banco de reatores de linha – 136 MVAr (3+1x45.33) para a barra da SE Viana 2 e Instalação do 2º banco de autotransformadores 500/345 kV, as obras foram iniciadas em agosto de 2019 e entrou em operação comercial total no segundo trimestre de 2021. Os custos representam essencialmente os valores pagos às empresas contratadas para a construção da ampliação e os demais custos menores, tais como gastos com projetos, meio ambiente, fundiário, etc.

b. Custos de operação e manutenção	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(937)	(642)
Material	(123)	(166)
Serviços de terceiros	(8.028)	(8.541)
Arrendamentos e aluguéis	(14)	(330)
Seguros	(145)	(111)
Provisão para litígios	165	(176)
Outros custos de operação e manutenção	(851)	(588)
Total do custo de operação e manutenção	**(9.933)**	**(10.554)**

20 Instrumentos financeiros: a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	9.039	1
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	4.934	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	6.912	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	507.813	
Outros créditos	Custo amortizado	1.892	
		530.590	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	87.235
Fornecedores	Custo amortizado	1.673
Dividendos a pagar	Custo amortizado	19.656
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.003
		110.567

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	4.174	1
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	4.896	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	5.518	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	468.061	
Outros créditos	Custo amortizado	138	
		482.787	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	97.351
Fornecedores	Custo amortizado	1.476
Dividendos a pagar	Custo amortizado	21.424
Outras contas a pagar	Custo amortizado	4.349
		124.600

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros: Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1–preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2–"inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3–premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). A Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos. **c. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. ***(i) Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). ***(ii) Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade. ***(iii) Risco de mercado:*** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. *Riscos relacionados às aplicações financeiras:* A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco. *Riscos relacionados à taxa de juros:* Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP). **d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e da TJLP. Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2022, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e TJPL, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco. Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,65	10,24	6,83
Aplicações financeiras		11.817	1.613	1.210	807
Impacto no resultado			-	(403)	(806)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil – BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
TJLP (%)	Aumento da TJLP		7,37	9,21	11,05
Empréstimos e financiamentos		87.235	6.429	8.037	9.644
Impacto no resultado			-	(1.607)	(3.215)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. **21 Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores	30.000	30/04/2022 a 30/04/2023
Risco operacional	72.571	30/04/2022 a 30/04/2023
Responsabilidade civil geral	6.000	30/04/2022 a 30/04/2023

22 Meio Ambiente: As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis–IBAMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

José Mauro Martins Leone - Diretor Administrativo Financeiro Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S Leandro Borges Jordão - Contador - CRC GO-001605/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da MGE Transmissão S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da MGE Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGE Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião :** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Diretoria da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2023. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ; Diego Wailer da Silva - Contador - CRC nº 1 RS 074562/O-3.

Manhã Tarde Noite 30º 22º 85% 06:03 18:26 **VERÃO:** Sol com poucas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

ACRE

Governador lavou dinheiro com carros de luxo e aviões

A Polícia Federal encontrou na investigação da operação Ptolomeu indícios de que o governador do Acre, Gladson Cameli (PP), valeu-se de transações envolvendo compra de veículos de luxo, aviões, imóveis e operações em dinheiro vivo e cartão de crédito para lavar dinheiro proveniente de corrupção.

Cameli foi alvo ontem da 3ª fase da Ptolomeu. Ele teve contra si uma ordem para entrega do passaporte e sequestro de bens expedida pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Segundo a PF, as investigações indicam a existência de uma "organização criminosa, controlada por agentes políticos e empresários ligados ao Poder Executivo estadual acreano, que atuavam no desvio de recursos públicos, bem como na realização de atos de ocultação da origem e destino dos valores subtraídos, através da lavagem de capitais".

No total, a pedido da PF, foi autorizado o sequestro de R$ 120 milhões em bens dos investigados.

Do governador são alvos da medida judicial um carro blindado avaliado em R$ 200 mil, uma aeronave modelo Beech Aircraft de R$ 1,5 milhão e três imóveis -sendo um apartamento de R$ 6,5 milhões em São Paulo, uma casa de R$ 7 milhões em Rio Branco (AC) e um imóvel em Brasília avaliado em R$ 600 mil.

Além de Cameli, são investigados seu pai, a esposa, dois primos, dois tios e dois irmãos.

O governador, por meio de seus advogados, disse que já prestou "devidos esclarecimentos, colocou-se à disposição das autoridades e assim permanece".

A PF acessou os sigilos fiscais de Cameli entre os anos de 2018 e 2021. A análise dos dados, de acordo com a apuração, indicou um aumento exponencial no patrimônio do governador e a existência de considerável diferença entre o que foi declarado e o patrimônio oculto.

Após ser eleito governador, em 2018, o patrimônio, segundo a apuração, cresceu quase cinco vezes em relação ao declarado ao iniciar o mandato.

O valor oficialmente declarado naquele ano foi de R$ 2,8 milhões, e os dados mostram que, em 2021, o patrimônio real era de R$ 16 milhões, um crescimento de mais de 470%.

CHUPETINHA

Maioria de Câmara deve proteger Nikolas e punição pode ser 'leve'

Apesar da articulação de partidos políticos para cassar o deputado bolsonarista Nikolas Ferreira (PL-MG), que colocou uma peruca e fez um discurso transfóbico no plenário da Câmara, líderes partidários afirmam que a perda de mandato é improvável.

Lideranças de partidos do centrão e da base do governo afirmam à Folha que Nikolas, deputado federal mais votado de 2022, deve receber uma advertência, censura ou, no máximo, suspensão pela fala ocorrida na quarta-feira passada, Dia Internacional da Mulher.

A cassação, julgam, é medida excepcional que sequer foi usada em casos como o do ex-deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ), preso por atacar ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e desrespeitar medidas preventivas.

O pedido de cassação de Nikolas foi protocolado no Conselho de Ética da Câmara por PSOL, PSB, PDT e Rede --e deverá receber apoio ainda de outras legendas, caso do PT e do PC do B. O colegiado, no entanto, não tem previsão de ser instalado.

Nos anos anteriores, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), indicou aliados para a presidência do Conselho de Ética. Para este ano, segundo lideranças, ainda não há negociação em curso para definir o nome de quem presidirá o colegiado.

PROPINA

Aziz vai investigar possível relação entre joias e venda de refinaria

O senador Omar Aziz (PSD-AM), recém-eleito para presidir a Comissão de Transparência e Fiscalização, disse que vai investigar a possível relação entre a venda de uma refinaria e as joias recebidas como presente do governo da Arabia Saudita pelo governo de Jair Bolsonaro (PL).

Aziz disse que a comissão vai investigar a venda da refinaria da Petrobras Landulpho Alves (RLAM), localizada na Bahia. Segundo ele, a negociação foi feita abaixo do preço de mercado.

Conforme o político, a refinaria era avaliada em aproximadamente US$ 3 bilhões e foi vendida por US$ 1,8 bilhão em 2021.

O senador disse que, na semana que vem, se reunirá com os integrantes da comissão para definir os primeiros passos da investigação. Ele pedirá informações apuradas pela Receita Federal e pela Polícia Federal.

A refinaria foi vendida para o grupo Mubadala Capital, um fundo de investimentos de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes. Aziz quer investigar a possível ligação do baixo valor pago com as joias dadas pela Arábia Saudita ao governo Bolsonaro. Os países são vizinhos.

Uma caixa de joias, que seria um presente para a então primeira-dama Michelle Bolsonaro, foi avaliada em mais de R$ 16 milhões e houve tentativa de entrada ilegal do material no país.

Esse estojo de joias foi apreendido pela Receita Federal em outubro de 2021, quando membros do governo tentavam entrar no país sem declarar os bens.

Aziz disse que a comissão já enviou um pedido de documentos à Petrobras acerca da avaliação de preço da refinaria.

Ao UOL, Aziz disse "não estar julgando ninguém". "A forma como se deu o caso foi bastante estranha. Se fosse uma propina de 3 milhões de euros, seria muito difícil transportar num voo normal. Mas isso, transformado em diamante, que não perde nunca o valor... (Há) valor agregado ali", afirmou o senador.

A Landulpho Alves, agora chamada Marataipe, produz diesel, gasolina, óleo combustível e bunker, além de produtos especiais, como parafina e propeno.

CONTRABANDO

TCU deve pedir joias de volta, e Bolsonaro é aconselhado a devolver

O TCU (Tribunal de Contas da União) deve determinar a Jair Bolsonaro (PL) que devolva as joias que foram dadas a ele de presente pelo governo da Arábia Saudita.

O ex-presidente da República tem sido aconselhado, diante do inevitável, a se antecipar e desistir de ficar com os mimos luxuosos.

Com isso, ele se adiantaria à decisão do TCU e evitaria desgastes ainda maiores causados pelo noticiário de que integrantes de seu governo tentaram trazer os bens ao Brasil de forma ilegal.

As joias foram enviadas ao país em duas caixas, carregadas pela equipe do então ministro das Minas e Energia Bento Albuquerque.

Uma delas, com um par de brincos, um anel, um colar e um relógio, confeccionados com pedras preciosas, eram destinados à então primeira-dama Michelle Bolsonaro, segundo o ex-ministro. O conjunto valeria R$ 16 milhões.

O outro pacote, que inclui relógio, caneta, abotoaduras, anel e um tipo de rosário, todos da marca suíça de diamantes Chopard, não foi interceptado pela Receita.

No último dia 29 de novembro, a praticamente um mês do fim do mandato, ele foi entregue no Palácio do Planalto e, segundo o ex-presidente, incorporado a seu acervo.

Ministros do tribunal sustentam que os itens devem ser todos devolvidos por Bolsonaro e incorporados ao acervo da Presidência da República.

Eles invocam um acórdão aprovado neste ano pelo TCU recomendando a autoridades que viajaram com Bolsonaro ao Qatar, em 2019, que devolvam relógios da marca Cartier e Hublot, cujos preços variam de R$ 30 mil a R$ 100 mil.

As peças foram entregues aos viajantes por autoridades do país árabe.

Receberam os presentes, entre outros, os então ministros Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Osmar Terra (Cidadania)..

Nota

INDÚSTRIA DA DEFESA TENTOU CONTRATAR GENERAIS EX-MINISTROS DE BOLSONARO

A indústria de materiais bélicos e de defesa tentou contratar no fim de 2022 os generais Paulo Sérgio Nogueira e Luiz Eduardo Ramos, à época ministros de Jair Bolsonaro (PL). A ida dos militares para o setor privado foi travada por decisão da CEP (Comissão de Ética da Pública) da Presidência, que decidiu que ambos devem cumprir período de quarentena de seis meses antes de aceitar as propostas de trabalho. Ex-ministro da Defesa, Nogueira negociava a sua contratação para o cargo de consultor da Abimde (Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança). O general no ministério editou portaria que beneficiava empresas associadas ao grupo em evento da própria associação. Ainda assim, Nogueira disse à comissão que não "manteve relacionamento relevante, em razão de exercício do cargo ou do emprego público, com a pessoa física ou jurídica cuja proposta foi apresentada". Já Ramos, que chefiou a Casa Civil e a Secretaria de Governo de Bolsonaro, foi chamado para trabalhar no Simde (Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança).

TRANSPORTE

Prefeitura lança app para concorrer com Uber e 99

A Prefeitura de São Paulo anunciou ontem a criação de um aplicativo de corrida público e municipal com motoristas autônomos, com a intenção de concorrer com Uber e 99. O MobizapSP já está disponível nas lojas virtuais para celulares que usam sistemas Google e Apple, mas ainda não há previsão de quando será possível realizar as viagens.

Será necessário aguardar que a plataforma tenha um número mínimo de 10 mil a 12 mil motoristas para entrar em funcionamento, segundo a gestão municipal.

Esta é a segunda vez em cinco anos que a prefeitura paulistana lança um aplicativo próprio para transporte individual. Em 2018, o então prefeito João Doria anunciou o SPTáxi, que ainda existe mas não teve a adesão esperada.

Agora, a promessa da gestão Ricardo Nunes (MDB) é de que o MobizapSP ofereça uma remuneração maior aos motoristas autônomos em relação às maiores empresas do ramo. A taxa de administração cobrada para operar a plataforma é de 10,95%, ou seja, o motorista deve receber 89,05% do valor pago pelo passageiro.

Em aplicativos particulares, a taxa de administração varia entre 40% e 60%, de acordo com o tipo de corrida e a empresa.

Já a tarifa por quilômetro rodado e tempo de viagem deve ser semelhante às que são cobradas pelas empresas na maior parte do dia, segundo a prefeitura. Não haverá tarifa dinâmica, portanto o passageiro pode pagar menos do que a média em horários de pico.

Apesar de ter alardeado o foco na segurança de motoristas e passageiros, instalando um "botão do pânico" no app, não há previsão para que usuários sejam penalizados, suspensos ou banidos se houver uma situação de perigo durante as corridas.

O MobizapSP também não tem taxa de cancelamento e não há definição de uma taxa mínima de remuneração dos motoristas.

A ideia de um novo aplicativo municipal de corrida nasceu após a CPI dos Aplicativos na Câmara Municipal de São Paulo, que tinha foco nas condições de trabalho dos motoristas. Um dos idealizadores do MobizapSP é o vereador Marlon Luz (Patriota), que acredita que o aplicativo municipal terá menos desentendimentos entre motoristas e passageiros por não ter taxa de cancelamento.

"Não traga o problema de outra plataforma para tratar aqui", respondeu o vereador à pergunta de um motorista autônomo que questionou sobre suspensão de usuários. "Há pessoas que mentem para não ter que pagar pela corrida", afirmou.

Ele também diz que o novo app não terá o problema de falta de adesão do SPTáxi porque a remuneração e a tarifa agora são mais atrativas.

Por ser um serviço municipal, todas as corridas no app partirão de São Paulo, mas poderão ter como destino outras cidades. Motoristas que moram em outros municípios ou que tenham carros registrados fora da capital poderão se cadastrar no aplicativo.

O secretário municipal de Mobilidade e Trânsito, Ricardo Teixeira, diz que a criação do aplicativo não teve nenhum custo para o município.

Um consórcio formado por quatro empresas de tecnologia ficou responsável pelo desenvolvimento da plataforma e toda a remuneração da taxa de administração deve ser destinada às empresas.

Houve uma licitação em julho do ano passado para selecionar a empresa que opera o serviço. A regra da concorrência foi entregar o contrato a quem oferecesse a menor percentual de cobrança em relação às tarifas. O Consórcio C3, que saiu vencedor, foi o único concorrente.

SÃO SEBASTIÃO

Governo libera novos terrenos para moradia

O governo de São Paulo editou dois decretos ontem que liberam áreas para construção de habitação popular em São Sebastião. Os espaços somam quase 40 mil metros quadrados, no bairro da Baleia Verde.

De acordo com o texto assinado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), os imóveis serão construídos a pouco menos de um quilômetro da praia da Baleia, ponto nobre da região.

A CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) ficará responsável pela desapropriação do espaço e construção dos prédios.

Conforme mostrado pela Folha, a Prefeitura de São Sebastião reclama que, desde 2009, pede inclusão nos programas de habitação popular do governo paulista. Em 2020, um projeto de construção de 220 unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida foi barrado pelos moradores de Maresias sob o argumento de que faltava infraestrutura para atender a demanda por casas populares.

No último dia 25, o governo assinou um decreto para liberar um terreno de 10 mil metros quadrados na Barra do Sahy, uma das áreas mais atingidas pelas chuvas do mês passado. Segundo a Prefeitura de São Sebastião, outros oito terrenos estão em processo de liberação em Maresias, Barequeçaba, Topolândia e Vila Sahy.

O plano é construir 900 imóveis entre casas e prédios de até quatro andares.

Nota

LOJISTAS TENTAM SALVAR ESTOQUES APÓS DESABAMENTO EM SHOPPING DE OSASCO

A interdição do Osasco Plaza Shopping desde que a laje do estacionamento caiu na quarta-feira passada aflige lojistas e trabalhadores no local, na cidade da Grande São Paulo. Por volta do meio-dia de ontem, vários grupos, principalmente ligados a restaurantes, se reuniram na área de carga para saber como e quando vão conseguir retirar produtos e documentos das lojas. Um lojista, que não quis se identificar, conta que tem dois restaurantes e deixou bife na chapa. Ele diz não acreditar que o desabamento esteja relacionado a obras para ampliação, mas a problemas estruturais na laje, que atingiu uma área próxima à praça de alimentação. A tubulação de água foi atingida e a área de restaurantes ficou inundada. Não houve feridos. Outro diz que, no momento em que a laje caiu, deixou uma fritadeira ligada, que os bombeiros depois desligaram.

VERÃO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 33º 24º 85% 05:51 18:14

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Senhor, dá-me dessa água

3º Domingo da Quaresma

Celebramos no terceiro domingo deste tempo favorável da Quaresma o tema da água. Tema bem próprio de nossa caminhada rumo à renovação de nossas promessas batismais. Continuamos firmes no propósito de nosso retiro quaresmal e passar, junto com o Senhor, esse tempo de deserto. Durante esse tempo quaresmal, o Espírito Santo nos impele a colocar em prática o jejum, a esmola e a oração. Por meio dessas três práticas penitenciais da Quaresma, podemos nos aproximar do sacramento da reconciliação e trilhar um caminho de conversão.

Quem ainda não se aproximou do sacramento da reconciliação, que é a confissão auricular, ainda há tempo de fazer. Normalmente, a partir dessa semana, as paróquias realizam o mutirão de confissão. Prepare-se bem, faça o exame de consciência e se aproxime do sacramento, no momento da confissão auricular quem nos acolhe é o próprio Cristo. O padre nos acolhe e nos dará a orientação necessária para que mudemos a nossa conduta em relação àquele pecado. Não tenha medo da confissão, ela não deve nos amedrontar, mas deve ser um reconforto para nós.

Participemos da Santa Missa neste dia dedicado ao Senhor e escutemos o que Ele tem a nos falar. Estejamos como a mulher samaritana do Evangelho de hoje e dialoguemos com o Senhor. A melhor forma de diálogo com o Senhor é por meio da oração. Na oração não somos somente nós que falamos, mas também deixamos Deus falar conosco. Criemos essa intimidade com o Senhor.

Não esqueçamos da Campanha da Fraternidade escolhida para esse ano sobre a fome, estejamos atentos às necessidades do próximo e partilhemos com generosidade, que com certeza Deus no dará em dobro. Cresçamos espiritualmente sob a graça e proteção de Deus. Somente a solidariedade e a fraternidade transformarão o mundo e o deixará um pouco melhor. Na próxima semana, a Igreja se revestirá da cor rosa, pois se aproxima a Páscoa do Senhor e a festa da nossa redenção. Isso sempre ocorre no terceiro domingo do Advento e no quarto domingo da Quaresma, portanto, nos alegremos junto com a Igreja. Antes desse domingo Laetare, temos as 24 horas para o Senhor da sexta ao sábado, 17 e 18 de março, com vigílias, orações, confissões, celebrações. O tema das 24 horas para o Senhor neste ano é inspirado em Lc 18,13: “Tem piedade de mim, pecador”. Esse evento foi criado pelo Papa Francisco e se estende por todo o mundo.

A primeira leitura da missa do terceiro domingo da Quaresma é do livro do Êxodo (*Ex 17, 3-7*), e relata quando o povo de Deus começou a murmurar contra Deus e contra Moisés, por estarem no deserto e passarem sede. O povo de Deus era um povo de cabeça dura, que muitas vezes não compreendia os planos de Deus e reclamava muito.

Deus os tinha livrado da escravidão que sofriam no Egito, das garras do Faraó, e era necessário eles passarem pelo deserto até chegarem à Terra Prometida. Eles queriam que tudo acontecesse de imediato, que tivessem saído do Egito e logo chegassem à Terra Prometida, mas tudo acontece no tempo de Deus e não no nosso.

A mesma coisa acontece conosco. Reclamamos muito com Deus, sobretudo, se aquilo que pedimos está demorando para acontecer, mas Deus nunca se esquece de nós e sempre quer o nosso melhor. Confiemos na graça de Deus e em sua misericórdia infinita. O que acontece é que muitas vezes somos ingratos e esquecemos de agradecer tantas coisas boas que Deus faz por nós, e só pedimos e não temos tempo de esperar a graça acontecer.

O Salmo responsorial é o 94 (*95*), que diz em seu refrão: Hoje não fecheis o vosso coração, mas ouvi a voz do Senhor! É necessário ouvir mais e falar menos, até mesmo em nossos momentos de oração temos que falar menos e deixar Deus falar conosco. Ouçamos Deus falar conosco e, por meio do Espírito Santo, conduzir o nosso caminho.

A segunda leitura da missa desse domingo é da carta de São Paulo aos Romanos (*Rm 5,1-2.5-8*). Paulo diz que somos justificados pela fé através do mistério da ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo. Por meio de Cristo, acreditamos que aquilo que aconteceu com Ele também acontecerá conosco. Se Cristo não tivesse ressuscitado dos mortos, vã seria a nossa fé. Essa leitura da carta aos Romanos veio ao encontro do que estamos celebrando nesse tempo quaresmal.

O cristão é aquele que nutre a esperança dentro de si, essa esperança foi derramada sobre nós através do Espírito Santo. A prova de que Deus nos ama é que Cristo morreu e se entregou por nós, e a meta que cada um deve trazer em seu coração é alcançar a vida eterna. Amemos mais os nossos semelhantes e tenhamos mais amor em nosso coração.

O Evangelho desse domingo é de João (*Jo 4,5-42 + longa*) e relata quando Jesus chega a um território da Samaria. Os judeus não se davam bem com os samaritanos, pois diziam que eles não eram de uma raça pura, mas Jesus, como sempre, vai na contramão daquilo que a sociedade da época pensava e, ao invés de pregar a exclusão, pregava a inclusão de todos.

No local em que Jesus foi, tinha um poço conhecido como “*poço de Jacó*”, era por volta do meio-dia e Ele estava cansado da viagem. Nesse momento, chegou uma mulher da Samaria para tirar água e Jesus disse a ela: “Dá-me de beber”. A mulher ficou espantada e disse a Jesus que como Ele sendo judeu pede de beber a uma samaritana. Jesus disse a Ela que se ela soubesse quem estava lhe pedindo água, ela é quem pediria a água e Ele daria água viva.

Quem nos dá a verdadeira água, aquela a qual nunca mais sentiremos sede é Jesus. Peçamos a graça de Deus de sempre beber dessa água. Quando sentirmos “sede”, meditemos a Palavra de Deus e peçamos a Deus a Eucaristia e dessa forma saciaremos a nossa fome e a nossa sede. Somos convidados a dar essa mesma água que saciou a nossa sede para as outras pessoas e dessa forma transformaremos o mundo. Muitas pessoas estão afastadas das igrejas e sedentas de Deus. Quem sabe durante esse período quaresmal poderemos oferecer dessa água a muitas pessoas. Jesus tem um diálogo com essa mulher e conta várias coisas acerca de Sua vida, e Se revela a ela como o Messias que deveria vir ao mundo. Jesus também conhece a nossa vida e a nossa história, desde o ventre materno. Ele nos conhece, nos chama pelo nome, e guia os nossos passos até o dia de nossa morte.

Massacre

Rússia faz um dos maiores ataques aéreos da Guerra da Ucrânia

A Rússia de Vladimir Putin fez na madrugada de ontem um dos maiores ataques aéreos desde que invadiu a Ucrânia, em 24 de fevereiro do ano passado. Ao menos 81 mísseis, 6 deles modelos hipersônicos de última geração, e drones foram lançados sobre 13 das 24 regiões do país.

"Foi uma noite muito difícil", disse em redes sociais o presidente Volodimir Zelenski. Ao menos 11 pessoas morreram, 5 delas na cidade de Lviv, principal centro no extremo oeste do país e usualmente poupada de assaltos mais severos.

O Ministério da Defesa da Rússia disse em nota que o ataque foi "uma resposta aos atos terroristas organizados por Kiev em Briansk", em referência ao nebuloso incidente em que um suposto grupo de russos pró-Ucrânia invadiu duas vilas nessa região russa na fronteira dos dois países no dia 2, trocando tiros com forças policiais.

Na prática, foi a retomada da campanha de Putin contra a infraestrutura energética ucraniana, já que os alvos eram majoritariamente estações de distribuição de eletricidade e centrais. Ela começou após o ataque de Kiev que danificou a ponte que liga a Rússia continental à Crimeia, anexada da Ucrânia em 2014, e seu mais recente grande ataque havia ocorrido há um mês.

Houve blecautes em todas as regiões, inclusive na área da maior usina nuclear da Europa, em Zaporíjia (sul do país). "Esta é a sexta vez, deixe-me dizer de novo, a sexta vez que ela perde toda sua energia externa e precisa operar em modo de emergência", afirmou em reunião o diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica, o argentino Rafael Grossi. A eletricidade foi reconectada depois.

Segundo publicou no Telegram Vitali Klitchko, o prefeito de Kiev, 40% da capital está sem aquecimento —no momento do ataque, a temperatura rodeava os 0ºC, tendo subido ao longo do dia.

O ataque repetiu o padrão adotado a partir de 10 de outubro, quando houve o primeiro e maior ataque até aqui contra alvos energéticos, com 84 mísseis. Naquele dia, contudo, Kiev afirmou ter derrubado mais da metade dos projeteis; nesta sexta, foram 34 deles, na conta sempre otimista do governo.

Foram empregados os meios usuais: mísseis de cruzeiro Kalibr disparados de aviões e navios no mar Negro, modelos de cruzeiro Kh-59, mísseis antiaéreos de sistemas S-300 adaptados para ataque a solo e drones. Cereja do bolo mortífero, seis Kinjal, artefato hipersônico que nunca havia sido usado em tal quantidade.

É uma sinalização de Moscou, que há meses parece enfrentar escassez de seus modelos mais sofisticados, recorrendo a drones comprados do Irã e aos mísseis de S-300, com baixa precisão.

O ataque ocorre no momento em que Putin está à beira de cantar uma vitória simbólica importante, a maior desde o primeiro semestre do ano passado, conquistando Bakhmut. A cidade na região de Donetsk está sob ataque há sete meses, tendo sido reduzida a escombros, mas Kiev determinou prioridade em sua defesa ainda que analistas duvidem de sua real importância.

A ferocidade dos ataques no que se convencionou chamar de "moedor de carne" favorece a tática russa de empregar mercenários saídos de cadeias em ataques frontais, quase suicidas. Ambos os lados sangram de forma abundante, mas Moscou tem mais recursos nesse sentido.

Na segunda-feira passada, Zelenski e sua cúpula militar decidiram manter a defesa a qualquer custo, alegando que é possível quebrar a frente russa com o desgaste, o que parece difícil na prática. Além disso, eles temem que a queda de Bakhmut seja instrumental para expandir a ocupação de Donetsk, hoje a menos controlada por Moscou das quatro regiões anexadas ilegalmente pelo Kremlin em setembro.

A Rússia diz o mesmo: o ministro da Defesa, Serguei Choigu, prometeu novos avanços assim que a cidade for conquistada. Avaliações do grupo mercenário Wagner e da Otan dizem que cerca da metade de Bakhmut já está em mãos russas, e a aliança militar ocidental prevê sua queda em dias.

Seja como for, a musculatura militar russa parece menos frágil do que repetem quase todos os dias serviços de inteligência e Forças Armadas do Ocidente. Kiev está em um momento difícil da invasão, embora mesmo entre analistas russos que apoiam Putin não haja expectativa de nenhum avanço definitivo nos próximos meses.

Já aqueles céticos apontam o caráter de vitória de Pirro, aquela que custa tanto ao vencedor que o derrota, do movimento atual. É o caso de Igor Girkin, ex-comandante militar dos separatistas pró-Rússia de Donetsk e frequente crítico de Choigu. Em seu canal no Telegram, ele disse que a queda da cidade nada significará, e que o desgaste aplicado aos russos impedirá novo uso das forças do Grupo Wagner.

Enquanto isso se desenrola, Kiev espera os novos armamentos prometidos pelo Ocidente, a começar por tanques Leopard-2 de países da Otan. Já a questão do recebimento de caças ainda engatinha, embora haja discussões mais avançadas para que Eslováquia e Polônia entreguem modelos soviéticos MiG-29 de que dispõem para Kiev, o que dispensaria treinamento já que os ucranianos operam o aparelho.

Geórgia

Após protestos, governo decide retirar projeto sobre 'agentes'

Nesta quinta-feira, o partido governista da Geórgia se comprometeu a retirar o projeto de lei sobre "agentes estrangeiros", apontado por críticos como autoritário e conservador. A decisão ocorreu após duas noites de protestos violentos que terminaram com pelo menos 77 detidos.

"Como partido governante responsável com cada membro da sociedade, decidimos retirar de maneira incondicional o projeto de lei que apoiávamos", afirmou o Sonho Georgiano em comunicado.

Parlamentares citaram ainda a necessidade de reduzir o "confronto" na sociedade e criticou as "mentiras" contadas sobre o projeto pela "oposição radical".

O projeto de lei exigia que as organizações do país que recebem mais de 20% de seu orçamento do exterior se registrassem como "agentes estrangeiros", sob pena de sanções.

VARELLA E DAMAZIO ASSISTÊNCIA FISIOTERAPEUTICA LTDA.
CNPJ 09.572.294/0001-09 – Matrícula RCPJ 229352
CONVOCAÇÃO - Ficam os sócios convocados para a Assembleia de Sócios, às 11h do dia 23.03.2023, na Av. Almirante Barroso, nº 00081, sala 2401, Centro/RJ, cuja ordem do dia é o ingresso e retirada de sócios. RJ, 10.03.2023. Sócia Adm. Luciana Damazio de Noronha Presto.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO URBANO FENACRED
CNPJ 04.103.272/0001-78
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
O Presidente do Conselho de Administração da FENACRED, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto Social, convoca as 23 Cooperativas filiadas para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** virtual, que se dará através do aplicativo Google Meet, a ser disponibilizado pela Federação, e com base no artigo 43-A da Lei 5.764/71, sendo que para efeito de endereço de realização, é na sede da **FENACRED** na Rua Acre 77, salas 601/602 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.081-000, no dia 22 de março de 2023, obedecendo aos seguintes horários e “quórum” para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo assim o que determina o estatuto social; **1) Em primeira convocação às 09:00 horas** com acesso remoto de no mínimo dois terços das Cooperativas filiadas em condições de votar; **2) Em segunda convocação às 10:00 horas** com acesso remoto de metade mais uma das Cooperativas filiadas; **3) Em terceira e última convocação às 11:00 horas** com a presença remota de qualquer número de Cooperativas filiadas. A Assembleia Geral Ordinária virtual deliberará sobre o seguinte: **I -** Prestação de contas do exercício de 2022; **II -** Destinação das sobras ou rateio das perdas; **III -** Apreciação do orçamento anual e rateio de despesas; **IV -** Aplicação do **FATES**; **V -** Eleição para o Conselho Fiscal; **VI -** Discussão da verba de representação para os ocupantes de cargos estatutários; **VII -** Contratos coletivos de auditoria cooperativa para as cooperativas filiadas para o exercício de 2023; **VIII -** Assuntos de interesse geral. Rio de Janeiro, 10 de março de 2023.
Paulo Muniz Borges - Presidente

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 20/03/2023 a partir das 09h40
2º Público Leilão: 30/03/2023 a partir das 15h00
ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP n° 951, com escritório à Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º. Andar - Brooklin Paulista, São Paulo - SP, 04571-010 - Edifício Berrini One, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **CCISA21 INCORPORADORA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.318.024/0001-35, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, através da Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e do SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), nos termos da Escritura de Compra e Venda, com pacto adjeto de Alienação Fiduciária em Garantia, lavrada em 14/09/2018, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97, o seguinte imóvel em lote único: “Apartamento nº 807 - Bloco 2 do Residencial Dez Nova Iguaçu, situado na Estrada do Deputado Darcílio Ayres Raunheitti, com entrada pelo nº 175, Rancho Novo, Nova Iguaçu/RJ, com área construída de 53,07m². **Matrícula nº 54.946 do Cartório do 2º Ofício de Nova Iguaçu/RJ. Cadastrado na Prefeitura municipal sob o nº 919465-7.**” Recai sobre o imóvel a Ação de Revisão Contratual e Ação de Consignação em Pagamento (Processos 0825964-71.2022.8.19.0038 e 0826436-72.2022.8.19.0038 - 5ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu). **1º PÚBLICO LEILÃO VALOR: R$ 502.576,67 (quinhentos e dois mil e quinhentos e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos). 2º PÚBLICO LEILÃO VALOR: R$ 236.998,44 (duzentos e trinta e seis mil e novecentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos).** Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento à vista de comissão do Leiloeiro de 5% sobre o valor de arrematação, despesas com Escritura Pública, Imposto de Transmissão de Foro, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registrários etc. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. **Ficam os Fiduciantes: Silvia Vanielle da Silva Crespo**, portadora do CPF n° 098.756.197-95, Carteira de Identidade n° 13.150.981-2 expedida pelo DETRAN/RJ em 16/12/2010 e seu marido **André Fonseca Crespo**, CPF n° 091.922.847-01, CNH n° 04353464744 expedida pelo DETRAN/RJ em 31/01/2018, intimados das datas dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) os imóveis entregues em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. O edital completo encontra-se disponível na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net).
Informações.: (11) 3296-7555 - Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º Andar- Brooklin Paulista, São Paulo - SP

Agosto

Rio terá maior competição escolar do mundo

O Rio de Janeiro vai sediar a Gymnasiade, a maior competição escolar do mundo. O tema foi tratado durante reunião do governador Cláudio Castro com representantes da Internacional School Sport Federation (ISF), da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE) e da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, no Palácio Guanabara, ontem. Como parceiro do evento, o Governo do Estado fará um aporte de R$ 5 milhões para o evento, por meio da Lei Pelé. A novidade quebra um jejum de 10 anos sem a capital fluminense receber o evento. A Gymnasiade será realizada entre os dias 18 e 27 de agosto e vai resgatar uma importante memória esportiva no Rio: as provas serão realizadas nos equipamentos onde aconteceram os Jogos Olímpicos de 2016.

“Temos grande satisfação em receber um evento que envolve vários países. É mais uma demonstração de que o Estado do Rio consolidou o resgate do seu potencial e credibilidade para sediar grandes eventos esportivos. No último ano, recebemos os Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), que já foram um sucesso, além do Rio Open, no último mês. Temos uma vocação natural para o esporte e uma pluralidade de espaços para prática de diferentes modalidades. Estamos fortalecendo uma importante cadeia no estado, que, além de alavancar o segmento, movimenta o turismo e a nossa economia. Além disso, seguimos vocacionando nossas escolas para termos a atenção do aluno que precisamos. O esporte é um desses caminhos”,ressaltou o governador Cláudio Castro.

Ao todo, serão 22 modalidades disputadas, sendo três do paradesporto. Entre elas estão o Atletismo, Atletismo Adaptado, Badminton, Basquete 3x3, Boxe, Dança, Ginástica Artística, Ginástica Rítmica, Judô, Judô Paralímpico, Esgrima, Karatê, Natação, Paranatação, Taekwondo, Wrestling, Skate, Xadrez, Tiro com Arco e Orientação. E mesmo a pouco mais de 160 dias da próxima edição, a Gymnasiade no Rio já entrou para a história como a maior de todas pelo número recorde de modalidades, que nesta edição ainda vai contar com a estreia do Skate e Surfe na disputa.

A expectativa é que o Rio receba 4 mil participantes, sendo 2.100 estudantes-atletas, com idade entre 13 e 15 anos de escolas públicas ou particulares. O evento terá entrada gratuita.

“É um privilégio para o Rio de Janeiro sediar mais uma vez um evento esportivo global. O governador, desde o início, nos determinou a trabalhar junto à CBDE e à ISF para garantir as melhores competições escolares do mundo. Principalmente para os atletas-estudantes, que terão a oportunidade de receber a Gymnasiade no legado olímpico do Rio. As 22 modalidades serão disputadas nas arenas olímpicas e queremos fazer dessa oportunidade uma chance de inclusão e troca cultural entre os estudantes do mundo todo que estarão aqui”, analisou o secretário de Esporte e Lazer, Rafael Picciani.

Os ajustes para a realização do evento já estão a todo vapor. Para que toda a organização operacional e técnica esportiva da competição seja planejada e traçada, desde o começo da semana, membros da ISF (executivos e presidentes técnicos esportivos das modalidades) estão na cidade do Rio para a vistoria técnica, que envolve a integração do comitê organizador da ISF e do Comitê Organizador Local da CBDE.